



Mestrado em Direito e Economia do Mar  
A Governação do Mar  
2017/2018

Albertina Cainara Lima Safeca

**Contribuição para uma Estratégia para Criação de Áreas  
Marinhas Protegidas em Angola**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito na especialidade de  
**Direito e Economia do Mar - A**  
Governação do Mar

Orientador:

Professor Doutor Jorge Oliveira e Carmo, Professor Convidado da Faculdade de Direito  
da Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2019

Albertina Cainara Lima Safeca

**Contribuição para uma Estratégia para Criação de Áreas  
Marinhas Protegidas em Angola**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito na especialidade de  
**Direito e Economia do Mar** - A  
Governança do Mar

Orientador:

Professor Doutor Jorge Oliveira e Carmo, Professor Convidado da Faculdade de Direito  
da Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2019

## **Declaração de Compromisso de Anti plágio**

Declaro por minha honra que o texto apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2019

O declarante,

Albertina Cainara Lima Safeca

## **Dedicatória**

Dedico aos meus avós Albertina e Jessé Safeca que tanto fazem por mim.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus pela concretização de mais uma etapa.

Ao Professor Doutor Jorge Oliveira e Carmo, meu orientador, quero exprimir o meu maior agradecimento por todo seu apoio, disponibilidade, a confiança que me transmitiu, a atenção e o entusiasmo que mostrou por este projeto.

À minha família, Pai, Mãe, o meu irmão Alcides, tia Arminda, tia Aldina, tio Admar, tia Alcina pela ajuda e o incentivo.

Às minhas colegas de curso e amigas Karey Silva e Jocinaica Santos, agradeço pela companhia e apoio.

Às minhas amigas Miriam, Tomi, Abiola e Folu pelo incentivo e compreensão quando não me podia fazer presente.

Ao David pela paciência, carinho, ajuda e suporte.

Por fim, agradeço a todos aqueles que ofereceram um bocadinho do seu tempo e perguntaram sobre o andamento deste trabalho de dissertação.

## **Modo de Citar**

A citação das obras literárias e artigos consultados obedecerão o critério de citação convencional, sendo que, serão citadas subsequentemente da mesma forma que forem citadas *ab initio*.

## Lista de Abreviaturas

AMP - Área Marinha Protegida  
ATFC KAZA - Área Transfronteiriça de Conservação do Kavango-Zambeze  
CBD - Convenção sobre a Diversidade Biológica  
BCC - Benguela Current Commission  
CITES - Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies em Perigo  
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay aos 10 de Dezembro de 1982  
CRA - Constituição da República de Angola  
EBSAs - Ecologically or Biologically Significant Marine Areas  
GEF - Fundo Global do Ambiente  
IBA - Área Importante Para as Aves  
INBAC - Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de conservação  
LBA - Lei de Bases do Ambiente  
LRBA - Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos  
MINAMB - Ministério do Ambiente da República de Angola  
MINPESMAR - Ministério das Pescas e do Mar da República de Angola  
MN - Milhas marítimas ou náuticas  
MSP - Maritime Spatial Planning  
OEM - Ordenamento do Espaço Marítimo  
NBSAP - Estratégia e Plano de Ações Nacionais para a Biodiversidade  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OGE - Orçamento Geral do Estado  
PLENARCA - Plano de Expansão da Rede de Áreas de Conservação  
Ramsar - Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente enquanto *Habitats* de Aves Aquáticas  
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza  
WWF- World Wildlife Fund  
ZEE - Zona Económica Exclusiva





## **Número de Carateres**

Declaro que o corpo da dissertação, incluídos espaços e notas, ocupa um total de 158,157 carateres.

## Resumo

Os mares, os seus recursos e os serviços prestados pelos ecossistemas marinhos são de grande valia para a sociedade e para o bem comum. A preocupação com as espécies e *habitats* que os integram tem vindo a crescer ao longo dos séculos e a introdução de mecanismos destinados a travar a perda acelerada da biodiversidade é indicativo do reconhecimento da sua importância para as sociedades humanas e para a preservação do ambiente.

Tem-se vindo a verificar uma dinâmica crescente a nível global com a criação de novas áreas marinhas protegidas e Angola tem uma agenda política de proteção ambiental que deve incluir a criação de áreas marinhas protegidas. O presente trabalho de dissertação pretende ser um contributo para a criação de áreas marinhas protegidas em Angola e apresenta caminhos para sua concretização.

**Palavras-chave:** Proteção da Biodiversidade; Biodiversidade Marinha; Biodiversidade Marinha angolana; Áreas Marinhas Protegidas.



## **Abstract**

The world's seas, its resources and the services they provide have been of great value to society as a whole, however, over the centuries the rapid loss of species and their habitats has been cause for concern, leading to the introduction of mechanisms to save marine biodiversity.

There has been in recent years an increase in the number of marine protected areas implemented worldwide and Angola has as part of its political agenda, the creation of marine protected areas as a mean to stop the loss of its marine biodiversity. This dissertation will serve as contribution for the work carried out by the Angolan authorities on the creation and management of marine protected areas.

Keywords: Protection of Biodiversity; Marine Biodiversity; Angola's Marine Biodiversity; Marine Protected Areas



## **Índice**

<b>Declaração de Compromisso de Anti plágio</b>	<b>I</b>
<b>Dedicatória</b>	<b>II</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>III</b>
<b>Modo de Citar</b>	<b>IV</b>
<b>Lista de Abreviaturas</b>	<b>V</b>
<b>Resumo</b>	<b>VIII</b>
<b>Abstract</b>	<b>X</b>
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>1. A Biodiversidade em Angola e Suas Caraterísticas Distintivas: a Biodiversidade Marinha</b>	<b>5</b>
1.1 Proteção da Biodiversidade em Angola	7
1.2 Quadro Institucional	12
1.3 Caraterísticas Biofísicas do Meio Ambiente Marinho	14
1.4 Principais Pressões à Biodiversidade Marinha e as Espécies Ameaçadas	16
<b>2. As Áreas Marinhas Protegidas</b>	<b>19</b>
2.1 História das Áreas Marinhas Protegidas	19
2.2 Conceito de AMPs	23
2.3 AMPs Enquanto Instrumento Fundamental de Proteção da Biodiversidade Marinha	24
2.4 Limite de Atuação das AMPs Face aos Seus Objetivos	27
<b>3. A Necessidade de Áreas Marinhas Protegidas em Angola</b>	<b>29</b>
3.1 Atual Regime de Proteção para o Meio Ambiente Marinho Angolano	31
3.2 Principais Lacunas	38
3.3 Leitura das AMPs no Ideal de Desenvolvimento Sustentável em Angola	41
<b>4. Considerações Finais</b>	<b>44</b>
4.1 Processo de Criação das AMP	45
4.2 Principais Objetivos para Criação de AMPs	49
4.3 Planos de Gestão	51
4.4 Exemplos da Criação de AMPs (processo <i>bottom-up</i> )	53
4.5 Vantagens das AMPs	56
4.5 Exemplo de um Caso de Sucesso	58
4.6 Financiamento	61
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>65</b>
<b>Anexo</b>	<b>71</b>
Caraterísticas dos Parques Nacionais do Iona e da Quiçama	71
Parque Nacional do Iona	72
Biodiversidade Costeira dentro do Iona	75
Parque Nacional da Quiçama	78



## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1 - Os limites do vasto ecossistema da corrente de Benguela</b>	<b>32</b>
<b>Figura 2 - Diversidade Biológica no Parque Nacional do Iona</b>	<b>73</b>
<b>Figura 3 - O Parque Nacional da Quiçama, área de conservação em Angola</b>	<b>78</b>





## Introdução

De todos os ecossistemas do planeta o oceano é o mais vasto e o menos conhecido, com um volume e caráter tridimensional que representa cerca de 99% do espaço disponível para os seres vivos habitarem e que cobre aproximadamente 71% da superfície da terra, fazendo deste a fonte de uma grande biodiversidade que presta serviços que sabemos hoje serem essenciais à vida dos seres humanos<sup>1</sup>. Estes serviços dos ecossistemas marinhos são fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico e de entre os mesmos, os principais serviços prestados são os de natureza ecológica e os de natureza socioeconómica.

Os serviços ecológicos tornam possível a vida no planeta, sendo que o oceano funciona como um instrumento fundamental na regulação do clima da Terra, capturando da atmosfera o dióxido de carbono e produzindo grande parte do oxigênio libertado para a atmosfera a nível global<sup>2</sup>.

Os serviços de natureza socioeconómica dizem respeito ao contributo decisivo dos mares para a nossa alimentação e abundância de recursos marinhos naturais que servem de base a diversos sectores económicos incluindo a indústria farmacêutica, a biotecnologia, a indústria química, tinturaria e cosmética, entre outros<sup>3</sup>.

O imenso manancial de recursos marinhos que alimentaram gerações no passado e o total dos serviços prestados pelo oceano, levou à presunção de que os oceanos possuem recursos biológicos ilimitados e que estes dispõem de uma capacidade ilimitada de resistência às pressões ambientais e a ação humana<sup>4</sup>. Esta presunção começou a ser seriamente posta em causa só após a Segunda Guerra Mundial, com a evidente aceleração da degradação ambiental do oceano, consequência de um crescimento económico desequilibrado sem grandes preocupações em termos de sustentabilidade<sup>5</sup>. O que seguiu foi uma dinâmica crescente de aumento gradual da preocupação das sociedades com os assuntos que envolvem a conservação dos recursos marinhos.

As primeiras evidências de que o esgotamento de alguns dos principais recursos pesqueiros estava à vista apareceram já no século passado. Em 1946 teve lugar a primeira Convenção Internacional para a Regulação da Atividade de Baleeira, esta iniciativa estabeleceu um sistema

---

<sup>1</sup> Conheça os novos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU [em linha]. [Consult. 25/09/19]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

<sup>2</sup> Alterações Climáticas e água- oceanos mais quentes, inundações e secas [em linha]. Agência Europeia do Ambiente. [Consult. 03/10/19]. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2018/artigos/alteracoes-climaticas-e-agua-2014-1>

<sup>3</sup> Ribeiro, M.2013, P.85

<sup>4</sup> Ribeiro, M, 2013, P.94

<sup>5</sup> Gomes, C., 2007- Governança das áreas marinhas protegidas da província biogeográfica da macaronésia, p.1

de regulação da atividade da pesca à baleia e constitui o primeiro instrumento internacional de conservação dos recursos no meio marinho destinado especificamente à conservação das populações de baleias<sup>6</sup>.

No que toca à proteção de espécies ao largo, a Primeira Conferência Mundial sobre a criação de Parques Nacionais de 1962, realizada em Seattle, Washington, marcou o ponto de partida de um apelo internacional para a criação de áreas marinhas protegidas (doravante AMPs). As AMPs “são uma parte vital de programas mais amplos para a conservação da herança subaquática e do sistema de suporte da vida no mundo, e asseguram, onde houver o uso de recursos marinhos vivos, que esse uso seja ecologicamente sustentado”<sup>8</sup>. De então para cá generalizou-se a criação de AMPs como forma de proteger diversos ecossistemas marinhos e hoje é geralmente aceite que as AMPs constituem o único instrumento capaz de manter ou aproximar os ecossistemas marinhos no seu estado natural, uma vez que, atualmente a proteção da biodiversidade marinha é essencialmente realizada pela sua criação.

Com o reconhecimento internacional das vantagens da preservação de espaços marinhos, o número de AMPs no mundo tem crescido ao longo dos últimos 50 anos. No ano 2000 a área total coberta por AMPs a nível mundial era de aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 0.7% da área total do oceano e atualmente as AMPs cobrem uma área total muito superior com quase 4,8% dos oceanos em todo mundo<sup>9</sup>. Os dados mostram um aumento não só na aceitação a nível internacional no que toca o uso das mesmas para conservar os ecossistemas marinhos, como também, o aumento no reconhecimento destas como tratando-se de ferramentas essenciais, geradoras de resultados e bem sucedidas em termos de gestão sustentável dos recursos marinhos.

Estudos recentes indicam que a sustentabilidade dos oceanos exigiria que um total de 10% deveria ser protegido ou de alguma forma condicionado às atividades relacionadas com a exploração de recursos<sup>10</sup>. Apesar do facto que esta percentagem de área protegida marinha não ter sido ainda atingida, as pressões que ameaçam a existência de muitas espécies têm tido efeitos mais severos do que o inicialmente esperado e os governos do mundo inteiro tem mostrado um empenho para que se concretize o objetivo de designar 10% dos oceanos.

---

<sup>6</sup> Comissão Baleeira Internacional [em linha]. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Consult. 01/10/19]. Disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/com-bale-intern>

<sup>8</sup> Ribeiro, M. 2013, P.145

<sup>9</sup> Atlas of Marine Protection [em linha]. [Consult. 27/09/19]. Disponível em: <http://www.mpatlas.org/map/mpas/>.

<sup>10</sup> Objetivo 14. Vida na Água[em linha]. Plataforma Agenda 2030.[Consult 03/10/19]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/14/>

Na costa ocidental do continente africano a pressão das atividades económicas ligadas ao mar está a afetar os recursos marinhos e a biodiversidade, por isso existe uma consciência crescente da necessidade em criar AMPs. Angola tem uma responsabilidade particular na preservação dos seus ecossistemas costeiros dada abundância e peculiaridade dos seus recursos<sup>11</sup>.

A zona costeira angolana ocupa uma extensão de aproximadamente 1 650 km<sup>2</sup>, com uma plataforma continental que possui uma área de cerca de 51 000 km<sup>2</sup>, caracterizada por uma rica diversidade de ecossistemas que inclui aves, peixes, mamíferos e outras espécies que fazem de Angola um dos mais importantes centros de biodiversidade marinha na costa africana<sup>13</sup>. Atualmente no espaço marítimo angolano, não existem ainda áreas marinhas protegidas designadas mas entende-se que a implementação de AMPs no país poderá vir a garantir a recuperação de espécies que tenham sido sobre exploradas e traçar um caminho de utilização sustentável das espécies para o benefício de varias gerações<sup>14</sup>.

O presente trabalho de dissertação pretende realçar a importância do enquadramento de áreas marinhas protegidas como meio de proteção dos ecossistemas costeiros angolanos, apontando caminhos, que começando pela zona dos Parques Nacionais do Iona e da Quiçama, permitiriam, alargar o nível de proteção já existente no meio terrestre contíguo ao meio ambiente costeiro e vir a reabilitá-los a um estado mais favorável de proteção da biodiversidade e de salvaguarda dos serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos. A posterior elaboração detalhada da estratégia concreta para criação das AMPs junto aos Parques Nacionais, com a elaboração dos seus planos de gestão definitivos, é uma tarefa pluridisciplinar, que deverá englobar as partes interessadas e envolvidas direta ou indiretamente neste processo que permitirá a criação de uma nova dinâmica de participação pública em Angola na área da proteção do ambiente, com o necessário envolvimento das populações locais num objetivo comum e intergeracional de salvaguarda de um património comum.

A presente dissertação integra quatro capítulos. O primeiro faz uma caracterização do que é considerado biodiversidade e o que tem sido a evolução do regime de proteção ambiental em Angola. Segue-se uma caracterização da biodiversidade no meio ambiente marinho angolano, listam-se as espécies mais ameaçadas e quais as principais pressões a que as suas populações estão sujeitas. O segundo capítulo explora a evolução das AMPs e seu conceito, passa-se então a

---

<sup>11</sup> A Estratégia Marítima Integrada de África 2050- Uma Nova Dimensão para a Segurança Marítima Africana [em linha]. Revista Militar. [Consult.07/10/19]. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1024>

<sup>13</sup> Silva, J. M, 2015-VII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa

<sup>14</sup> Ministério do Ambiente. 2017, Plano Estratégico para o Sistema de Áreas Protegidas de Angola (PESAP),P. 17

uma análise destas como mecanismo de proteção da biodiversidade e por último, exploram-se quais os limites de atuação das mesmas. O terceiro capítulo analisa qual a necessidade da integração das AMPs em Angola e qual o atual regime de proteção reservado ao meio ambiente marinho, assim como as principais lacunas e a conexão entre AMPs e o desenvolvimento sustentável. O último capítulo faz breves considerações sobre as vantagens das AMPs, olhando para um caso concreto bem sucedido e ainda se discute como se poderá criar, implementar e financiar as AMPs em Angola.

## **1. A Biodiversidade em Angola e Suas Caraterísticas Distintivas: a Biodiversidade Marinha**

O conceito de biodiversidade surgiu pela primeira vez em 1986, no decorrer de um Fórum sobre biodiversidade, o National Forum on Biodiversity que teve lugar em Washington, DC. O fórum realizou-se num momento de considerável interesse pelo conhecimento da diversidade de vida e preocupações com a sua conservação<sup>15</sup>.

Os termos “diversidade biológica” foram criados por Thomas E. Lovejoy em 1980. Já “biodiversidade” foi introduzido pela primeira vez ao publico por E. O Wilson em 1986 e não existe diferença alguma no que toca o significado dos termos, sendo que, a escolha entre o uso de um ou outro é simplesmente uma questão de preferência<sup>16</sup>.

A palavra biodiversidade é a forma contraída de diversidade biológica, que na Convenção sobre a Diversidade Biológica do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992, ganhou uma noção mais ampla e funcional, considerando-se esta “a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, inter alia, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas”<sup>17</sup>.

O território de Angola possui uma riqueza particular no que toca à sua biodiversidade, acreditando-se que seja uma das mais importantes do continente africano com a ocorrência da Palanca Negra Gigante e da Weliwitschia Mirabilis, que são apenas dois dos emblemas da rica biodiversidade existente em Angola que já há muito tempo é conhecida pelo mundo inteiro<sup>18</sup>.

Das estimadas 5 000 espécies de plantas que se julga existirem no país, 1 260 são espécies endémicas, fazendo de Angola o segundo país mais rico em plantas endémicas em toda a África<sup>19</sup>. A diversidade de fauna terrestre é também notória, com 275 espécies registadas, e cerca de 900 espécies de avifauna de importância internacional, das quais 15 são espécies de morcegos frutívoros, vinte são anfíbios endémicos e vinte e seis são espécies de antílopes<sup>20</sup>.

---

<sup>15</sup> Franco, L. A. 2013- O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação, p.26.

<sup>16</sup> Ribeiro M. C., 2013. A proteção da biodiversidade...

<sup>17</sup> Convenção sobre a diversidade Biológica. Decreto n.º 21/93 de 21 de Junho. Artigo 2º.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Ministério do Urbanismo e do Ambiente. 2006. *Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)*, p.5

<sup>20</sup> NBSAP, 2006. Primeiro relatório nacional para a conferência das partes da convenção da diversidade biológica..., p.9

Desde 1975 que grande parte das populações dos grandes mamíferos de Angola têm vindo a reduzir e em alguns casos encontram-se em perigo de extinção ou já completamente extintos. Animais como elefantes, rinocerontes, gungas, palancas, guelengues do deserto, cabras de leque, golungos, nunces, songues e muitas outras espécies foram de uma forma geral eliminados de todo o território angolano inclusivamente das suas reservas e parques naturais<sup>21</sup>.

A situação registada no meio terrestre angolano é resultado de períodos prolongados de conflitos armados e a insuficiência de alimentos resultante destes.

Os anos que seguiram a proclamação da paz em Angola foram marcados na esfera ambiental por momentos de esforços por parte dos organismos responsáveis em reabilitar algumas das zonas e espécies mais afetadas no meio terrestre nacional. No entanto, não se tem demonstrado a necessária priorização na reestruturação do sistema de proteção das diferentes espécies . Apesar de tudo, Angola indica de certa forma valorizar e proteger o seu meio ambiente, através dos mecanismos considerados no título a seguir.

---

<sup>21</sup> NBSAP, 2006, p.10

## 1.1 Proteção da Biodiversidade em Angola

A necessidade de se vir a proteger o meio ambiente em Angola foi despertada ainda durante o período colonial, mas apenas recentemente foi reconhecida e incluída na Constituição angolana de 1992 que assumiu assim as tarefas nacionais de preservação e de promoção da qualidade ambiental<sup>22</sup>.

A Constituição de Angola de 1975 não dedicava qualquer artigo às questões relacionadas com a proteção do ambiente, não obstante a recente erupção da temática na agenda internacional em parte pela dinâmica criada na Conferência de Estocolmo, com a consagração e reconhecimento internacional dos primeiros princípios em direito ambiental. Nesta primeira Constituição, o valor económico e utilitário dos recursos naturais foi o único a ser mencionado com vista a criação de riqueza em benefício de toda a população angolana (artigo 8º)<sup>23</sup>.

A versão revista da Constituição de 1992, introduz no artigo 24º uma vertente dupla afirmando por um lado no n.º 1 o “direito ao ambiente” como um direito de todos os cidadãos, e no n.º 2 determinando que a tarefa de proteção do ambiente e de gestão do equilíbrio ecológico e a repressão dos comportamentos que, direta ou indiretamente causem danos ao ambiente recai sob a responsabilidade do Estado. É esta a constituição que de certa forma marca o novo posicionamento do Estado face à realidade ambiental que, na verdade já há algum tempo havia manifestado esta preocupação, notando-se a criação da denominada Associação Angolana do Ambiente em 1982 e de outras entidades com preocupações ambientais que se lhe seguiram nos anos 90, como a Juventude Ecológica de Angola, a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, os Jornalistas para o Ambiente e algumas outras, e ainda a criação de uma organização não-governamental ou ONG, a Rede Maiombe<sup>24</sup>

O processo de estabelecimento da rede de áreas de conservação de Angola começou em 1930 na sequência da Convenção de Londres de 1933<sup>25</sup>, altura em que os governos coloniais se reuniram para discutir formas de proteger a riquíssima fauna bravia das suas colónias africanas. A Convenção é conhecida por promover a criação de parques e reservas nacionais nos territórios coloniais, seguindo o modelo do Parque Nacional Kruger estabelecido na África do Sul em

---

<sup>22</sup> Gomes, C. A., 2013- O desafio da proteção do ambiente em Angola, p.13.

<sup>23</sup> Gomes, C. A., 2013, P.16-17.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> Precedida pela Convenção de Londres de 1900 ou ainda conhecida como a Convenção para a Preservação de Animais Selvagens, Aves e Peixes em África, da qual Portugal não Ratificou. A convenção de 1900 constituiu o primeiro acordo internacional sobre a conservação da natureza em África.



1926. A rede de conservação em Angola surge com a crescente valorização no âmbito internacional, da dimensão ambiental na consolidação de um desenvolvimento sustentável que vinha a ser discutida nos vários encontros mundiais.

Um Regulamento relativo à criação de uma área de conservação, estabeleceu a Reserva de animais do Iona aos 2 de Outubro de 1937 que foi de facto a primeira área protegida no país, concretizando as conversas que haviam acontecido em volta do estabelecimento de áreas de conservação. As restantes reservas (Cameia, Quiçama, Bicuar e Luando), foram estabelecidas posteriormente aos 16 de abril de 1938 em regiões do país consideradas remotas e de limitado valor económico. Pretendia-se com a criação das áreas de conservação, proteger a fauna do território e ao mesmo tempo, proporcionar oportunidades de turismo e caça à minoria privilegiada da administração colonial<sup>26</sup>.

Todo esforço feito durante as décadas de 1930 e 1940 desvaneceu no período de caça livre no início da década seguinte, quando as populações selvagens da região pecuária do sudeste foram dizimadas por conta das doenças transmitidas por espécies selvagens e só em 1955, por via do Decreto 40 040 ou Regulamento sobre a Proteção do Solo, Flora e Fauna, que serviu como instrumento legislativo e melhorou a situação.

A conservação da vida selvagem foi formalmente considerada uma preocupação pública com o estabelecimento do Conselho de Proteção da Natureza (CPN), em 1965. O CPN foi presidido pelo governador-geral e desempenhou um papel fundamental na erradicação de exploração de gado na Quiçama na década de 1970.

Alguns dos estatutos que estabeleceram as áreas de conservação antes da independência do país foram posteriormente revogados pelo Decreto n.º 43/77 de 5 de Maio e atualmente, a responsabilidade de proteção da biodiversidade está prevista no artigo 13º da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 5/98 de 19 de junho).

A Lei de Bases do Ambiente (doravante LBA), é uma lei-quadro, que define os princípios orientadores para a prevenção e combate à poluição e determina que o governo deve estabelecer padrões de qualidade ambiental urbana e não urbana, relativos à poluição de origem sonora, da queima de combustíveis, industrial, agrícola e económica<sup>27</sup>. A Lei Constitucional de 2010

---

<sup>26</sup> Ministério do Ambiente, 2017. Plano Estratégico para o Sistema de Áreas Protegidas de Angola (PESAP). Luanda, Angola. p.12.

<sup>27</sup> Artigo 13º, alínea a) e b) da Lei n.º 5/98 de 19 de Junho.

consagra igualmente, no seu artigo 39º, que a defesa do ambiente e dos recursos naturais é uma tarefa do Estado, que através da elaboração de estratégias, políticas e legislação ambiental, deve adotar programas e normas específicas, de âmbito nacional e internacional, para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Ainda relacionada a conservação da biodiversidade, a LBA<sup>28</sup> prevê no artigo 14º que o Governo estabeleça uma rede de áreas de proteção ambiental, podendo esta incluir também áreas marítimas. A própria LBA define áreas de proteção ambiental como “espaços bem definidos e representativos de biomas ou ecossistemas que interessam preservar, onde não são permitidas atividades de exploração dos recursos naturais, salvo, em algumas delas, a utilização para turismo ecológico, educação ambiental e investigação científica<sup>29</sup>”.

O Decreto n.º 43/77 de 5 de maio, acima mencionado, define que todas as áreas de conservação criadas devem integrar uma das seguintes 5 categorias:

- Parques Nacionais, trata-se de áreas reservadas para a proteção, conservação e propagação da fauna e flora indígenas, para benefício e lazer do público;
- Reserva Natural Integral, são as áreas para a proteção total da flora e fauna selvagem;
- Reserva Parcial, são áreas onde a caça, abate ou captura de animais ou colheita de plantas são proibidas, exceto para fins de gestão específica autorizada;
- Parque Natural Regional, são áreas para proteção e conservação da natureza, em que a caça, pesca ou a colheita/destruição de animais selvagens e a realização de atividades industrial, comercial ou agrícolas são proibidas ou limitadas; e por último
- Reserva Especial, uma área delimitada onde o abate de certas espécies, das quais a conservação não pode ser garantida de qualquer outro modo, se encontra proibida<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Após a publicação da Lei de Bases do Ambiente a produção de legislação ambiental no País aumentou de forma considerável. Das novas Leis introduzidas, importa destacar a Lei das Atividades Petrolíferas, a Lei de Ordenamento de Território e do Urbanismo, a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos, a Lei de Terras, a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, o Decreto sobre a Proteção do Ambiente no decurso das Atividades Petrolíferas, o Decreto sobre a Proibição de Importação de Sementes ou Grãos Transgênicos Geneticamente Modificados e a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.

<sup>29</sup> Definição anexa à Lei de Bases do Ambiente, p.15

<sup>30</sup> PESAP, 2017. P.12

A estas categorias, foram adicionadas a figura de coutadas<sup>31</sup>, por meio da Resolução n.º 1/10 de 14 de janeiro. As coutadas podem ser públicas, se forem administradas por pessoas coletivas públicas; privadas, se estiverem sob concessão a pessoas singulares ou a pessoas coletivas privadas ou cooperativas; e comunitárias, se forem administradas por comunidades rurais titulares do domínio útil consuetudinário.

Aquando da Resolução 1/10, consideravam-se em Angola 13 áreas de conservação estabelecidas por diplomas legislativos próprios que totalizam cerca de 6,6% da superfície do País (82 832 km<sup>2</sup>). De entre estes, 6 relativos a Parques Nacionais que constituíam 4% do território; 4 relativos a Reservas com 2,2% do território; 2 Reservas Naturais Integrais e 1 Parque Natural Regional ocupando 0,4% do território nacional. Foram também criadas 5 coutadas públicas e 1 privada que ocupam o equivalente a 7,5% da superfície total do país<sup>32</sup>.

Em 2011 foram adicionados à rede de áreas de conservação, por meio da Lei n.º 38/11 de 29 de Dezembro, 3 áreas de conservação, nomeadamente os Parques de Luengue-Luiana e Mavinga (no Cuando Cubango) e Maiombe (Cabinda). Sendo este o último instrumento legal relativo ao estabelecimento de novas áreas de conservação em Angola. Deste modo, a superfície do território nacional coberto por áreas de conservação passou de 6,6% para 12,98%, que representa a menor porção coberta por áreas protegidas no território nacional em todo o continente africano. Desde 2011 não foi criada mais qualquer outra área protegida em todo o território angolano mas contribuem para a rede de áreas de conservação os seguintes Parques e Reservas:

- 9 Parques Nacionais:
  - Parque Nacional da Cameia na província do Moxico;
  - Parque Nacional da Cangandala na província de Malanje;
  - Parque Nacional da Mupa na província do Cunene;
  - Parque Nacional da Quiçama na província de Luanda;
  - Parque Nacional de Luengue-Luiana na província do Cuando Cubango;
  - Parque Nacional de Mavinga na província do Cuando Cubango;
  - Parque Nacional do Bicuar na província da Huíla;

---

<sup>31</sup> As coutadas são áreas delimitadas e criadas em terrenos rurais do domínio público ou terrenos comunitários, para garantir a exploração racional de um fluxo de produtos faunísticos e serviços necessários para satisfazer as necessidades das populações mediante atividades de turismo, em especial o turismo cinegético ou de caça limitada às pessoas singulares que obtenham autorização do titular do direito de exploração de coutada para caça, nos termos da respetiva licença de caça e do plano de exploração faunística elaborado para o efeito (artigo 125º da Lei de Bases das Florestas e Fauna Selvagem).

<sup>32</sup> Ministério do Ambiente. 2017. *Plano Estratégico para o Sistema de Áreas Protegidas de Angola* (PESAP), p.13

- Parque Nacional do Iona na província do Namibe;
- Parque Nacional do Maiombe na província de Cabinda.
  
- 1 Parque Regional:
  - Parque Natural Regional da Chimalavera na província de Benguela.
  
- 4 Reservas:
  - Reserva Natural Integral do Luando na província de Malanje;
  - Reserva Natural Integral do Ilhéu dos Pássaros na província de Luanda;
  - Reserva Parcial do Búfalo na província de Benguela;
  - Reserva Parcial do Namibe na província do Namibe.

A rede de áreas de conservação em Angola acima destacada, cobre primariamente o biomas da pequena região geográfica zambeziana, o que, aponta para falta da inclusão de alguns dos mais ricos e diversos ecossistemas presentes no país nas zonas de florestas montanhosas como o Morro do Moco na província do Huambo e outras presentes na província do Bié. Estes não desfrutam de qualquer tipo de proteção.

É importante notar que está ainda em vigor alguma legislação ambiental produzida ainda durante o período colonial, legislação essa que precisa de ser revista e atualizada, particularmente sobre a biodiversidade e as áreas de proteção ambiental. Adicionalmente, a falta de proteção dos biomas representativos espalhados pelo país deverá ser considerado de modo a que se expanda a rede de conservação e se preserve consoante necessidade.

## 1.2 Quadro Institucional

Seguem algumas instituições responsáveis pela conservação do meio ambiente terrestre e marinho em Angola.

O Ministério do Ambiente de Angola (doravante MINAMB) tem como uma das suas responsabilidades a elaboração e execução de legislação, instrumentos, políticas e estratégias na área do ambiente. É este o departamento ministerial com atribuições diretas para a gestão das áreas de conservação e biodiversidade.

No ano 2011, foi criada uma instituição dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial para assegurar a execução da política de conservação da biodiversidade e da gestão da rede nacional de áreas de conservação. Trata-se do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (doravante INBAC), criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 10/11 de 7 de Janeiro<sup>33</sup>.

Fruto da transversalidade das questões relacionadas a biodiversidade tanto dentro, como fora das áreas de conservação em zonas terrestres e no ambiente marinho, existem ainda um conjunto de instituições cujas ações contribuem para gestão sustentável da biodiversidade angolana<sup>34</sup>. Uma destas instituições é o Ministério das Pescas e do Mar de Angola (doravante MINPESMAR), que é responsável pela elaboração, execução, supervisão e controle da política de gestão e ordenamento dos recursos biológicos aquáticos e das atividades de pesca e da aquicultura<sup>35</sup>. O MINPESMAR conta com a Direção Nacional de Pescas e Proteção dos Recursos Pesqueiros, que é a entidade responsável pela gestão das áreas marinhas protegidas e deve colaborar com outros organismos competentes como o MINAMB na gestão das águas continentais protegidas e parques marinhos<sup>36</sup>. Estes trabalham em conjunto com outros organismos de grande importância para que se possa elaborar e executar políticas ambientais geradoras de resultados positivos como o caso do mais recente Despacho Presidencial n.º 147/19 criou a Comissão Multisectorial para os assuntos do Mar, com objetivo de elaborar a Estratégia Nacional para o Mar de Angola (ENMA) e o respetivo Plano de Ação, bem como, o Ordenamento de Espaço Marítimo (OEM), que será coordenado pelo Ministro de Estado e o Chefe da Casa Civil do

---

<sup>33</sup> O INBAC desenvolve a maior parte das ações do Ministério do Ambiente no domínio da biodiversidade.

<sup>34</sup> Outras instituições que fazem parte do quadro institucional do ambiente são a Universidade Agostinho Neto, através da Faculdade de Ciências, o Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos, o Herbário de Luanda e o Museu Nacional de Historia Natural.

<sup>35</sup> Este Ministério foi reestruturado pelo Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril.

<sup>36</sup> Organismos como o Ministério da Agricultura; Ministério da Hotelaria e Turismo; Ministério da Administração do Território e alguns Governos Provinciais.

Presidente da República<sup>37</sup>. Este Despacho, introduz a certeza de que os órgãos do Estado pretendem expandir a rede de áreas de conservação.

As intuições ligadas à gestão de áreas de conservação têm sofrido mudanças de modo que se possa ter um sistema funcional que aja perante as questões mais preocupantes que envolvem o meio ambiente

---

<sup>37</sup> Diário da Republica Iª Série n.º 103 de 12 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.impresanacional.gov.ao/index.php?id=81>

### 1.3 Caraterísticas Biofísicas do Meio Ambiente Marinho

Angola possui uma enorme biodiversidade aquática no conjunto das suas águas interiores, marinhas e costeiras, fazendo do país um dos mais importantes centros de biodiversidade marinha e um dos maiores produtores de recursos haliêuticos em todo o mundo. A linha de costa é também de grande importância ecológica pela fauna e flora que alberga.

A zona costeira angolana comporta 7 províncias: Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Kwanza Sul, Benguela e Namibe; 8 grandes cidades que são Cabinda, Soyo, Luanda, Sumbe, Lobito, Benguela, Namibe e Tômbua; e é densamente ocupada por povoações humanas que tiram o seu sustento dos recursos marinhos. Consta ainda na zona costeira vários elementos geomorfológicos litorais de algum relevo como sejam a ilha do Mussulo, a Baía dos Tigres, várias praias, dunas costeiras áridas, arribas e mangais, etc<sup>39</sup>.

O litoral do país é caracterizado por trechos de costa arenosa e rochosa pontuados por numerosos elementos como estuários, mangais, lagos costeiros, zonas húmidas e planícies mareais. A costa é rochosa desde o rio Bero, na província do Namibe até ao norte do rio Coporolo, na província de Benguela. O resto do litoral é predominantemente arenoso, com a plataforma continental que se estende até cerca de 200 metros de profundidade e relativamente estreita, em especial na zona situada mais a Sul, onde chega a atingir apenas 6 quilómetros de largura. Esta zona da plataforma tem um sistema marinho de transição subtropical entre o Atlântico equatorial a Norte e o sistema ascendente das correntes de Benguela, impulsionadas pelos ventos dominantes na região<sup>40</sup>.

Existe uma maior diversidade de espécies associadas aos fundos marinhos, as espécies demersais, na frente de Angola em relação ao ecossistema temperado de Benguela, sendo este mais rico em espécies que habitam em águas livres, as espécies pelágicas<sup>41</sup>

Pelo menos 26 rios perenes desagüam na costa angolana e outros dirigem-se para norte, leste e sudeste. Existem estuários de grande dimensão como os dos rios Congo, Dande, Cuanza e Cunene, que constituem base para ecossistema com elevada biodiversidade e uma intrincada rede de espécies que dão apoio a importantes cadeias alimentares essenciais para atividades

---

<sup>39</sup> MINAB, 2009.

<sup>40</sup> Kirkman, S, Nsengi, K. (2019). *Biodiversidade Marinha de Angola: Biogeografia e Conservação*, p.76.

<sup>41</sup> kirkman et al., 2013

económicas ligadas à pesca e a sobrevivência não só da população angolana como também a dos países vizinhos<sup>42</sup>.

Os *habitats* marinhos e costeiros existentes ao longo da linha de costa e plataforma continental são bastante diversificados incluindo zonas de oceano aberto, ilhas, baías, estuários, mangais e lagunas. Estes *habitats* são importantes para diferentes espécies de elevado valor económico e ecológico, que pela sua raridade e singularidade têm necessidade de proteção especial<sup>43</sup>. Embora diversificados, os *habitats* costeiros e de águas superficiais são considerados relativamente pobres em termos de biodiversidade, entretanto, constam nestes algumas espécies faunísticas raras, endêmicas, migratórias e/ou ameaçadas, como é o caso do manatim-africano, das tartarugas marinhas que nidificam em praias tranquilas, as aves marinhas como o pinguim do cabo, baleias, golfinhos e outras aves aquáticas.

Os elementos costeiros como o delta do rio Congo, os estuários do Cuanza, Catumbela, Longa e Cunene, assim como as planícies aluviais, zonas húmidas, lagunas, sapais salgados e mangais a eles associados, suportam um rico conjunto de espécies, muitas vezes com grande abundância.

Constam mangais que se encontram localizados ao longo da costa de Angola e servem como zonas de transição entre os ecossistemas costeiros e aqueles das águas interiores. Os mangais regulam as tempestades que possam afetar os ecossistemas críticos. Outros serviços ecossistémicos prestados pelos mangais incluem, proporcionar um *habitat* para espécies importantes de peixes e crustáceos nas fases de vida cruciais, funcionam como viveiros para muitas espécies de peixes marinhos ou fornecem espécies vegetais úteis para fins medicinais e de subsistência<sup>44</sup>.

Foram documentados também recifes de coral de águas profundas na plataforma continental angolana mas, os de águas superficiais encontram-se ausentes. Os recifes de coral contribuem de forma direta ou indireta na construção de um ecossistema, no entanto, estes são extremamente sensíveis a mudanças de temperatura, daí a importância da adoção de políticas internacionais relativas as mudanças climáticas em Angola.

As políticas a serem adotadas em Angola devem considerar as principais pressões ocorrentes nos ecossistemas aquáticos vistas a seguir.

---

<sup>42</sup> Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP). 2006. p.6.

<sup>43</sup> MINAB, 2009.

<sup>44</sup> Kirkman, S, Nsengi, K. (2019). *Biodiversidade Marinha de Angola: Biogeografia e Conservação*, P 81



## 1.4 Principais Pressões à Biodiversidade Marinha e as Espécies Ameaçadas

A Convenção de Londres de 1933 que promoveu a criação de parques e reservas nacionais nos territórios coloniais, requeria que os Estados atribuíssem uma proteção especial às espécies internacionalmente selecionadas constantes na sua lista. Embora o valor ecológico de muitas áreas e elementos tenha sido reconhecido, a falta de qualquer proteção formal no meio marinho e costeiro de Angola tem sido identificada como um dos principais atributos para os desafios que se apresentam à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade marinha em Angola <sup>45</sup>.

Num estudo conduzido em 1992 pela a União Internacional para a Conservação da Natureza (doravante UICN), constatou-se que “desde 1975, a maioria das populações de grandes mamíferos presentes nas áreas de conservação, se não todas, foi severamente reduzida, ou mesmo eliminada...”. A falta de medidas de conservação dentro e fora das áreas de conservação é sentida pelas diferentes espécies que constam na Lista Vermelha da UICN, que foi publicada no Decreto Executivo n.º 252/18 de 13 de julho.

Criada em 1964, a Lista Vermelha de Espécies ameaçadas da UICN, tem como objetivo informar a sociedade ao largo e cientistas a respeito da conservação dos seres vivos por via da apresentação de informações relevantes a respeito da fauna e flora do planeta.

A Lista Vermelha das espécies de Angola é composta por quatro categorias designadamente, as que seguem são apenas as marinhas e quais as suas ameaças diretas<sup>46</sup>.

- O Pinguim do Cabo está classificado como Categoria A - Espécie extinta (EX): quando a espécie tem histórico de ocorrência natural em Angola e é dada por extinta ou nunca mais foi vista no seu *habitat*. Nesta consta:
- A Tartaruga do Couro, Raia da Manta, Tubarão Azul e o Tubarão Tigre destacam-se na Categoria B - Espécie Ameaçada de Extinção (AEX): quando diversos fatores ameaçam seriamente a sua existência, dificultando a sua reprodução ou regeneração natural, levando as suas populações abaixo de níveis sustentáveis. A Tartaruga do Couro é alvo de destruição dos ninhos e captura indireta e os restantes são alvos de pesca ilegal.

---

<sup>45</sup> Ibid

<sup>46</sup> Lista Vermelha das espécies de Angola. 2018- Decreto Executivo n.º 252/18 de 13 de Julho

- O Carapau, Dentão, Sevelha Galucha e Ouilucha, Linguado, Caranguejo de profundidade, Baleia Azul, Cachalote-anão, Falsa-orca, Baleia Sardinheira, Golfinho Comum, Tartaruga Oliva, Tartaruga cabeçuda, Tartaruga Verde, Tartaruga de Pente, Tartaruga (Cagado) de dobradiças de Bell, Crocodilo e o Crocodilo de focinho pontiagudo africano destacam-se na Categoria C- Espécie Vulnerável (VUL): quando a atividade humana ameaça a sua existência naturalmente no território Nacional. São alvos de pesca ilegal, poluição marinha, destruição dos ninhos e captura indireta, caça furtiva e degradação de *habitats*.
- O Cacusso está classificado como Categoria D- Espécies Invasoras: quando a espécie não ocorre naturalmente ou é introduzida no território nacional.

Para além das espécies constantes na Lista Vermelha, de outras 57 espécies de peixes cartilagíneos (tubarões e raias) que ocorrem nas águas costeiras, cerca de 12 encontram-se ainda classificados como espécies que merecem medidas particulares de conservação.

De entre os fatores que são listados como principais ameaças que fazem frente a biodiversidade marinha do país, estão incluídos mas não limitadas a, urbanização costeira rápida e não planeada, que causa a destruição dos *habitats* e um grave problema de gestão de resíduos ao longo da costa e particularmente na área de Luanda; o aumento da exploração excessiva dos recursos marinhos vivos, relacionada também a rápida urbanização e migração humana para os centros costeiros, especialmente desde o fim da guerra civil; poluição industrial, causada pela deposição de resíduos das indústrias em áreas de captação ou pela limpeza de navios e não só; a exploração petrolífera marítima no Norte com um potencial de derrames; a perda de mangais, ligada a recolha de madeira para energia e construção e a consequente poluição; o rápido crescimento da indústria do turismo e os impactes das alterações climáticas<sup>47</sup>.

No Parque Nacional do Iona, as pressões registadas incidem sobre o meio ambiente terrestre e ameaçam a sobrevivência das espécies como o Protelo, a Hiena, a Raposa Orelhuda, o Rinoceronte Preto, e a Impala de face Preta. A estas ameaças junta-se a degradação das infraestruturas e das estradas que não tem sinalização e encontram-se em mau estado. Para o Parque Nacional da Quiçama, a pressão humana causada por migrantes, assim como as queimadas e a caça excessiva, constituem causas para preocupação.

---

<sup>47</sup> Kuedikuenda, Soki & Xavier, Miguel. N.G. 2009- Framework report on Angola Biodiversity, p.39-40

Todas estas ameaças apontam para a necessidade evidente de inclusão de AMPs na agenda política do país, estas ameaças que, se nada for feito, provavelmente irão agravar-se com tempo e conduzir a situações irreversíveis na salvaguarda de ecossistemas ameaçados e ambientes naturais marinhos únicos.

## 2. As Áreas Marinhas Protegidas

### 2.1 História das Áreas Marinhas Protegidas

A evolução das áreas marinhas protegidas está de certa forma ligada às grandes tendências e crescentes preocupações com a proteção da biodiversidade terrestre, no entanto, o encorajamento à proteção da biodiversidade marinha é mais recente, registando-se uma deslocação temporal dos momentos históricos decisivos para as áreas marinhas protegidas<sup>49</sup>.

A primeira área marinha protegida foi criada em 1935, no Fort Jefferson National Monument na Florida, Estados Unidos da América e é uma combinação de meio marinho e terrestre. Ao longo da década de 30, outras áreas protegidas com o mesmo carácter foram criadas nos EUA, Austrália e nos territórios antárticos franceses e a primeira AMP na criada na Europa, foi o Parc National de Port-Cros, criado em 1963<sup>50</sup>. Esta que simboliza uma iniciativa isolada e não resultou necessariamente num movimento adotado a nível mundial.

O resultado das preocupações com o ambiente a nível mundial, foi a fundação da International Union for the Protection of Nature em 1948 esta é composta por entidades governamentais e da sociedade civil, que buscam a promoção de iniciativas de carácter científico no âmbito global de modo a proteger a integridade e diversidade da natureza, conjuntamente com o crescimento da economia e a maior preocupação com a conservação da natureza<sup>52</sup>. Em 1956, a International Union for the Protection of Nature foi declarada International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources e organizou em 1975 em Tóquio no Japão, a primeira Conferência Internacional sobre as AMPs, denominada Conferência Internacional sobre Parques e Reservas Marinhas. Na conferência foram discutidos e delineados os critérios e orientações para a tipologia, criação e gestão de AMPs, tendo o relatório final da conferência destacado a pressão constante das atividades humanas no meio marinho e exortado à criação de um sistema de AMPs. Por via da conferência foram criadas as seguintes categorias de áreas protegidas: Reserva natural estrita (Ia); Área de vida selvagem (Ib); Parque nacional (II); Monumento natural (III); Área de gestão de espécies e *habitat* (IV); Paisagens protegidas terrestres e marinhas (V); e Área protegida de utilização

---

<sup>49</sup>Ribeiro, M., 2013. p.223

<sup>50</sup> Parc national de Port-Cros. [em linha].[Consult. 20/08/19]. Disponível em: <http://en.portcros-parcnational.fr> -20/08.

<sup>52</sup> Angola aprovou os estatutos da União Internacional para conservação da Natureza através da Resolução n.º 21/03 de 27 de Maio. Gomes, C., 2007- Governança das áreas marinhas protegidas da província biogeográfica da macaronésia, p. 1.

sustentável dos recursos naturais (VI)<sup>53</sup> Apesar de ter aprovado os estatutos da UICN em maio de 2003, Angola não segue ainda as indicações sobre a criação de áreas marinhas protegidas.

O encorajamento internacional no que toca a promoção da criação de novas áreas marinhas protegidas foi reforçado na década de noventa, com a concretização da Conferência do Rio de Janeiro em 1992. Oficialmente denominada Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, teve lugar de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. Intitulada “Cimeira da Terra”, e com a Agenda 21 como o seu plano de ação, reuniu chefes de Estados para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo, previamente visto no relatório Brundtland. Na mesma conferência, deu-se abertura à assinaturas e adoção à Convenção sobre a Diversidade Biológica. A Agenda 21 da Cimeira da Terra, promove novas abordagens relativamente à gestão oceânica, por via da aplicação do princípio do “poluidor pagador”, tendo a mesma salientado igualmente a importância de se proteger e recuperar espécies marinhas ameaçadas e de preservar *habitats* e outras áreas ecologicamente sensíveis dentro e fora da jurisdição nacional dos diferentes países<sup>54</sup>.

A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, apresentou um plano que aponta para a necessidade da promoção da conservação e gestão do oceano e de manter a produtividade e biodiversidade das áreas marinhas e costeiras vulneráveis, incluindo as áreas sob e fora de jurisdição nacional. O plano incentiva os Estados a desenvolver e facilitar o uso de abordagens e instrumentos diversos, particularmente o estabelecimento de redes representativas de AMPs até 2012, como também o estabelecimento de limites temporais para o encerramento de áreas para a proteção durante os períodos considerados de descanso biológico<sup>55</sup>.

Na mesma vertente mas há anos atrás, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) organizou em 1968, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, mais conhecida como Conferência sobre a Biosfera. A conferência foi a primeira a conciliar o conceito de conservação e a utilização dos recursos naturais, este conceito que

---

<sup>53</sup> As categorias I e II) são protegidas de forma mais rigorosa das atividades humanas de consumo, outras (por ex., as incluídas nas categorias V e VI) permitem certas formas de intervenção, como o uso sustentável de recursos naturais.

<sup>54</sup> The Rio Declaration on Environment and Development. (1992). [em linha]. [Consult.15/0819]. Disponível em [http://www.unesco.org/education/pdf/RIO\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/RIO_E.PDF).

<sup>55</sup> Alínea c) do parágrafo 31 do Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

antecedeu a ideia, hoje bastante generalizada e aceite internacionalmente de necessidade em se promover um desenvolvimento mais sustentável.

Na sequência desta conferência, logo em 1970, foi lançado oficialmente o programa “O Homem e a Biosfera” com o propósito de se vir a criar uma rede internacional de novas áreas protegidas, as chamadas reservas da biosfera, representativas dos ecossistemas e com uma dimensão humana de proteção e de utilização dos recursos do planeta enquadrados num desenvolvimento racional e sustentável.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (doravante CNUDM), ratificada por Angola através da resolução n.º 18/90 de 6 de Outubro, é a ferramenta global fundamental para a governança dos oceanos, que frisou o dever dos Estados em preservar o seu meio ambiente marinho<sup>56</sup> e assim como a CNUDM, o Mandado de Jacarta sobre a Diversidade Biológica Marinha e Costeira introduzido na segunda Conferência das Partes em 1995 em Jakarta, resulta do consenso global sobre a importância da biodiversidade marinha e costeira. O Mandato constitui adição à Convenção sobre a Diversidade Biológica (doravante CDB), apresentando entre os seus objetivos a criação de instrumentos legais e programas relevantes, a cooperação técnica entre os diferentes países membros da Convenção e o desenvolvimento de ações inovadoras para a conservação da biodiversidade costeira e marinha. Em suma, o mandato engloba como subtemas: a gestão integrada de áreas marinhas e costeiras, recursos vivos marinhos e costeiros, áreas protegidas marinhas e costeiras e maricultura e espécies exóticas<sup>57</sup>.

Por via da CDB e ainda em matéria de criação de instrumentos legais de conservação do meio ambiente marinho, foram introduzidas as Metas de Aichi para a proteção da biodiversidade, que são um compromisso assumido no decorrer da 10ª conferência das Partes em Aichi, província de Nagoia no Japão. A Meta 11, fixa a designação de 10% das áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas consideradas de particular importância para a biodiversidade e salvaguarda dos serviços ecossistémicos, através de uma gestão eficiente e equitativa de áreas protegidas e de outras medidas de conservação eficazes baseadas localmente na área, que sejam ecologicamente representativas e bem conectadas<sup>58</sup>.

Outros compromissos assumidos por parte dos Estados para a proteção do meio ambiente marinho incluem, o Objetivo 14 “Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os

---

<sup>56</sup> Laffoley, D. Baxter, J. M., Day J. C. et all. World Seas: an Environmental Evaluation. [em linha]. Chapter 6 Marine Protected Areas. disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330047018\\_Marine\\_Protected\\_Areas](https://www.researchgate.net/publication/330047018_Marine_Protected_Areas).

<sup>57</sup> Steiner, A. Medeiros, M. Amaral, F.- A conservação da biodiversidade marinha como problema político internacional.

<sup>58</sup> WWF Mediterrâneo e Fundação Oceano Azul/ Oceanário de Lisboa., 2017- MPA X-ray Diagnostico das Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas, p.11.

recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, que faz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda das Nações Unidas para 2030. A agenda também reforça no plano de ação a importância de se proteger 10% do oceano, com base na melhor informação científica, e em se vir a gerir de uma forma sustentável os ecossistemas marinhos para reforçar a sua resiliência<sup>59</sup>.

Na União europeia vigoram algumas Diretivas e Acordos como a Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM); a Rede Natura 2000 para o meio marinho (a Rede é instrumento das Diretivas Aves e a *Habitats*); as convenções OSPAR (Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste) e a HELCOM (Convenção de Barcelona para a Proteção do Mar Mediterrâneo contra a Poluição), defendem a manutenção ou recuperação do bom estado ambiental de *habitats* e espécies através de AMPs. Existe também a Política Comum de Pescas que salienta a importância da implementação de AMPs nos Estados Membros<sup>60</sup>.

Estes instrumentos fazem parte de uma política integrada da Europa destinada a coordenação de instrumentos relacionados com o mar para que se possa aproveitar mais benefícios dos mares e dos oceanos e ao mesmo tempo, reduzir o máximo o impacto ambiental causado. Dentro desta política, as AMPs constituem instrumento importante usado na gestão e conservação da biodiversidade marinha.

---

<sup>59</sup> Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2017.

<sup>60</sup> Parlamento Europeu [em linha]. Fichas Temáticas sobre a União Europeia.[Consult.05/12/19]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/121/politica-maritima-integrada>

## 2.2 Conceito de AMPs

Tem vindo a ter lugar ainda um debate de fundo contínuo sobre o que devem ser exatamente as Áreas Marinhas Protegidas. Este debate tem ocorrido em várias esferas, com várias organizações propondo novos conceitos diferentes do tipo de proteção a que devem estar sujeitos a estes espaços.

A nível global, a definição com mais influência e que tem tido uma aceitação mais generalizada foi proposta pela União Internacional para a Conservação da Natureza, que apresenta as AMPs como sendo um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para se alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistémicos e valores culturais associados. Para além desta definição, importa salientar a definição proposta pela CDB que no seu artigo 2º, prevê que uma “«área protegida» significa uma área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objetivos específicos de conservação”.

No âmbito doutrinal Português, destaca-se o conceito que define AMPs como “uma figura jurídica a que subjaz um regime protetor especial concedido a uma área delimitada em qualquer espaço jurídico do meio marinho, estendendo-se este até ao limite da máxima preia-mar por ocasião das marés vivas equinociais e ao qual pode estar acessoriamente vinculado o meio terrestre adjacente, sendo a área objeto de designação formal e gerida com vista à proteção da diversidade biológica, bem como a prosseguir outras finalidades.

Qualquer que seja a definição, por norma faz-se menção de que uma AMP tem que ser designada e gerida de forma eficiente, através de mecanismos legais ou equivalentes. As AMPs surgem como um elemento novo a acrescentar ao processo de gestão dos recursos biológicos, associando-se aos objetivos de conservação da natureza. Estas que devem ser usadas como instrumentos fundamentais que são, para conservar a biodiversidade nos mares e oceanos do mundo<sup>61</sup>.

O desígnio de novas AMPs é importante para que se regule e se possa limitar as atividades humanas com impacto negativo no local que se pretende proteger. Por isso as AMPs constituem uma importante ferramenta de conservação e gestão dos recursos marinhos, assim como, mitigam a perda da biodiversidade e os serviços de ecossistema associados.

---

<sup>61</sup> Oceanário de Lisboa [em linha]. O que são Áreas Marinhas Protegidas? [Consult.13/08.19]. Disponível em: <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas>.



## 2.3 AMPs Enquanto Instrumento Fundamental de Proteção da Biodiversidade Marinha

As AMPs ocupam um lugar privilegiado entre os instrumentos dirigidos à proteção da biodiversidade marinha e podem ter estatutos de proteção diferenciados, onde se limita em maior ou menor grau a intervenção humana. Estas podem funcionar como zonas de acesso interdito, onde são, por regra, proibidas todas atividades e usos humanos extrativos com exceção a investigação científica e monitorização ambiental, desde que, previamente autorizadas, como também podem ser zonas onde certas atividades e uso humanos são encorajados.

Podem ser ainda, reservas marinhas ou áreas de proteção parcial ou podem também variar entre áreas com um único tipo de proteção em toda a sua extensão, ou áreas que incluam diversas zonas distintas, com diferentes níveis de proteção. Estas promovem a proteção de áreas geográficas onde existam espécies, *habitats* e que ao mesmo tempo incorporem as dimensões humanas, conciliando muitas vezes atividades extrativas sustentáveis com a conservação<sup>62</sup>.

Recentemente foi desenvolvido um sistema de classificação de AMPs onde se contempla as atividades permitidas dentro dos seus próprios regulamentos, considerando-se 5 classes:

- AMPs completamente protegidas: aquelas sem atividades extrativas ou em que grande parte da sua área não são permitidas essas atividades, e quando são permitidas, são muito regulamentadas;
- AMPs altamente protegidas: a totalidade ou grande parte da sua área é bastante regulamentada, apenas permitindo um número reduzido de atividades com pouco impacto;
- AMPs moderadamente protegidas: a totalidade ou grande parte da área é moderada a fracamente regulamentada, permitindo um maior número de atividades extrativas com potencial impacto nas espécies e ecossistemas, nomeadamente de diferentes tipos de pesca e atividades com impacto nocivo no fundo;
- AMPs pobremente protegidas: a totalidade ou grande parte da área é fraca a muito fracamente regulamentada, permitindo um número bastante elevado de

---

<sup>62</sup> Ribeiro, M., 2013- A proteção da biodiversidade..., P. 105

atividades extrativas com potencial impacto nas espécies e ecossistemas, nomeadamente de diferentes tipos de pesca e atividades com impacto nocivo fundo; e

- AMPs não protegidas: a totalidade ou grande parte da área não é regulamentada e permite um número muito elevado de atividades com impacto nas espécies e ecossistemas, incluindo no fundo<sup>63</sup>.

Este novo sistema, que foca na classificação das AMPs com base nos regulamentos, encontra sua origem na lacuna criada pelas categorias introduzidas pela UICN que usa os mesmos objetivos de gestão para todas AMPs, resultando em certas inconsistências e dificuldades numa implementação global que vá de encontro às necessidades específicas dentro de cada categoria.

São diversos os efeitos benéficos sobre as espécies exploradas nestes espaços marítimos, quer no interior da área reservada quer nas zonas envolventes, nomeadamente a redução da mortalidade das espécies ou a diminuição do impacto da pesca nos *habitats*, aumentando assim, a biodiversidade e a densidade, o tamanho e a biomassa das espécies-alvo da pesca local, em relação às áreas circundantes sem proteção.

A proteção dos *habitats* confere um suporte para a recuperação da biodiversidade, particularmente das espécies mais ameaçadas e com funções únicas, mantendo desta maneira o equilíbrio da cadeia alimentar e das funções ecológicas existentes, como a produção de oxigénio, a regulação do clima e a captura de dióxido de carbono<sup>64</sup>. A existência das AMPs em certos casos é a única garantia da preservação e da mais rápida recuperação de espécies chaves que possibilitam o bom funcionamento de ecossistemas como um todo.

A redução da pressão proveniente da atividade local possibilita que os ecossistemas permaneçam mais saudáveis e tenham uma maior resiliência, ou seja, uma maior capacidade de suportar e recuperar de outros impactos de escala global, como tempestades, furacões ou outros eventos extremos intensificados pelas alterações climáticas. As comunidades e atividades locais beneficiam da implementação de AMPs, com aumento das populações de peixes alvo de pesca nas áreas adjacentes ou com a possibilidade de criação de áreas de turismo que de outra forma

---

<sup>63</sup>MPA X-ray, 2017. Diagnóstico de Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas.

<sup>64</sup>Oceanário de Lisboa. 2017 [em linha]. O que são áreas marinhas protegidas? [Consult. 13/08/19]. Disponível em: <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas>.

não existiriam <sup>65</sup>. Portanto, a proteção concedida pelas AMPs beneficia não só o estado ambiental das espécies e dos ecossistemas mas também as atividades humanas locais.

O crescimento das AMPs em mundo, reflete não só a sua popularidade como mecanismo de conservação e gestão do meio ambiente marinho, mas indica também para os potenciais benefícios atribuídos ao uso destas em estratégias centradas num desenvolvimento contínuo e sustentável. As metas internacionais que determinam que 10% dos oceanos globais devem ser conservados por via de AMPs geridas de forma eficiente, sustentam a ideia generalizada do grande potencial visto nas AMPs, entretanto, é necessário esclarecer que estas não apresentam solução para todos os males presentes no meio marinho.

---

<sup>65</sup> MPA X-ray, 2017. Diagnóstico de Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas. P.10

## 2.4 Limite de Atuação das AMPs Face aos Seus Objetivos

Apesar das inegáveis vantagens das AMPs, estas não apresentam por si só a solução para todos os problemas do oceano e sob pena de se transformar o oceano numa grande área protegida, há que se reconhecer as limitações desta ferramenta para garantia dos objetivos para as quais são designadas<sup>66</sup>.

O conjunto das ameaças à biodiversidade marinha são por norma agrupados em cinco grandes categorias. A poluição e a sobre-exploração dos recursos biológicos são as duas causas mais imediatas, a eles acrescem-se a introdução de espécies invasoras, o desenvolvimento costeiro e o aquecimento global e alterações climáticas. As AMPs não são imunes a estas e caso não se desenvolva estratégias de prevenção e combate para estes problemas, o caráter “sem barreiras” do meio marinho não evitará qualquer impacto negativo dentro das AMPs<sup>67</sup>.

Existe também o problema do estabelecimento de AMPs apenas no papel, isto é, existem regulamentos adequados mas não são implementados e fiscalizados o que cria uma falsa sensação de proteção e defrauda os objetivos de desígnio<sup>68</sup>. Este fator é infelizmente registado com muita frequência, por vezes até em países que aparentam ter um número elevado de áreas legalmente declaradas AMPs, para as quais, não existe qualquer plano de gestão ou um acompanhamento do estado de conservação.

Por outro lado, o nível de restrição no acesso, as AMPs com algum acompanhamento só terá resultados correspondentes se forem eficientemente planeadas, governadas geridas e fiscalizadas. É de igual modo muito importante garantir a integração das comunidades locais e restantes intervenientes, sejam estas locais, regionais ou nacionais e deve-se promover mecanismos de cogestão para que os resultados sejam eficazes. Deve-se também considerar a aceitação e cumprimento das medidas de proteção por parte destes utilizadores locais<sup>69</sup>.

Os fatores que apresentam limites a atuação das áreas marinhas protegidas são muitas vezes mencionados nas discussões sobre o verdadeiro benefício gerado por estas. Acredita-se que a implementação de AMPs numa área pode sim gerar resultados positivos no que toca a pesca excessiva ou a destruição de certos *habitats* cruciais, no entanto, a veda de uma zona específica

---

<sup>66</sup> WWF Mediterrâneo e Fundação Oceano Azul/ Oceanário de Lisboa. 2017, MPA X-ray Diagnostico das Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas, p. 9.

<sup>67</sup> Ribeiro, M., -A proteção da biodiversidade...,P.105.

<sup>68</sup> AMP X-ray, 2017. P.14.

<sup>69</sup> Ibid.

resulta no abuso daquela que a segue ou qualquer outra que possua as mesmas características e não desfrute de proteção.

É importante reconhecer do mesmo modo que, face os diversos objetivos que levam a criação das AMPs a sua eficácia é aparente, no entanto, estas não vão além do escopo de atuação já prevista. Tendo isto em mente, passamos a avaliar a necessidade da inclusão de AMPs na estratégia para a conservação do meio ambiente marinho em Angola.

### 3. A Necessidade de Áreas Marinhas Protegidas em Angola

Como já mencionado, Angola possui uma grande riqueza no que toca a sua diversidade biológica terrestre, acreditando-se que seja uma das mais importantes no continente africano.

O ecossistema aquático de Angola possui igualmente imensa biodiversidade nas suas águas interiores, marinhas e costeiras. As águas do grande ecossistema da Corrente de Benguela são ricas em espécies pelágicas e demersais e suportam também a produção de plâncton, fitoplâncton e zooplâncton<sup>70</sup>, fazendo deste um dos mais importantes ecossistemas frios do mundo<sup>71</sup>.

Estudos feitos por Kirkman et al., em 2013, 2016 e ainda em 2019, revelaram que no Grande Ecossistema de Benguela, os locais de grande importância para a biodiversidade, também conhecidos como *hotspots* de riqueza de espécies, estão por norma associados a maiores profundidades de água e a temperaturas de fundo mais baixas. A investigação determinou ainda que existem no país cinco tipos de ecossistemas considerados prioritários, estando estes em Perigo Crítico ou Não Protegidos, e a maioria estão essencialmente situados em áreas sujeitas a uma pressão pesqueira mais intensa. Se aos cinco mencionados forem adicionados os que se encontram Em Perigo e os Mal Protegidos, o número sobe para 23 tipos de ecossistemas prioritários dignos de proteção em Angola<sup>72</sup>. Certamente, uma situação preocupante que carece de mais atenção.

Angola é considerado um país onde a presença de medidas de conservação para tartarugas é muito importante visto que, várias espécies vulneráveis de tartarugas dependem das praias arenosas do país para sua nidificação. Estima-se que durante o verão, as espécies de tartaruga-de-couro, tartaruga verde e de tartaruga-oliva nidificam regularmente na costa do país, onde cerca de 33 000 a 102 000 tartarugas-oliva nidificaram durante verão de 2015/2016. Um número elevado mas que na verdade revela um decréscimo em comparação ao ano anterior 2014/2015, onde registou-se que cerca de 38 000 a 110 000 de tartarugas usaram as praias para nidificarem . Por constituir parte da extensão meridional da área de nidificação do Gabão, onde 6 000-7 000 fêmeas nidificam anualmente, acredita-se que a costa de Angola poderá ser uma das mais importantes regiões de nidificação desta espécie na região Atlântico Oriental, reforçando ainda

---

<sup>70</sup> Alterações na cadeia fitoplanctónica podem perturbar a cadeia alimentar de muitos organismos, afetando a distribuição e abundância do zooplâncton e das espécies pelágicas.

<sup>71</sup>GEF, 2015- Creation of marine protected areas in Angola, p. 4.

<sup>72</sup>Huntley, B. J., Beja, P., Pinto V.P., Russo V., Veríssimo L., & Morais M. Investigação da Biodiversidade e Oportunidade de Conservação- Conservação da Biodiversidade: Historia, Áreas de Conservação e Hotspots. Capítulo 18, P.634

mais a necessidade de implementação de mecanismos que possam fazer face ao decréscimo registado nos últimos anos<sup>73</sup>.

Tem-se registado ainda um declínio generalizado significativo de outras espécies ocorrentes no meio ambiente marinho. As espécies de mamíferos marinhos, como baleias e golfinhos, são vulneráveis, e o peixe-boi que surge ao lado da fronteira norte do Parque Nacional da Quiçama está sob séria ameaça de caça e perturbação voluntária e involuntária no estuário do rio Cuanza.

O alargamento do sistema de áreas protegidas por meio de legislação em 2011, foi subsequentemente marcado pela negligência das áreas de conservação excepcionais como o caso do Iona, Quiçama e do Luando. Com o alcance da paz em 2002, registou-se a contínua ocupação ilegal do litoral vulnerável do Parque Nacional da Quiçama por empreendimentos turísticos, aldeias de pescadores, infraestruturas de exploração petrolífera, empreendimentos comerciais e pedreiras e ainda exploração de gado e sistemas agrícolas comerciais, isto sem contar com as atividades desenfreadas dos caçadores furtivos e dos produtores de carvão vegetal<sup>74</sup>.

De uma forma geral, os ecossistemas no meio marinho angolano são particularmente vulneráveis à perturbação humana, tanto diretamente por meio da sobre exploração, como indiretamente pela urbanização e industrialização na zona costeira. Os estudos mais recentes demonstram que de fato as pressões têm afetado de uma forma significativa as espécies que mais carecem de proteção, razão que reforça a necessidade da inclusão de AMPs que limitem a ocorrência de atividades como a caça indiscriminada de tartarugas.

Os motivos para a atual necessidade de criação de AMPs no país, suscita questões relacionadas as medidas tomadas para fazer frente a situação reportada.

---

<sup>73</sup> Ibid

<sup>74</sup> Huntley, B. J., Beja, P., Pinto V.P., Russo V., Veríssimo L., & Morais M. Investigação da Biodiversidade e Oportunidade de Conservação- Conservação da Biodiversidade: Historia, Áreas de Conservação e Hotspots. Capítulo18, P.634

### 3.1 Atual Regime de Proteção para o Meio Ambiente Marinho Angolano

Em Angola a proteção reservada para o meio ambiente marinho, encontra-se na forma de áreas de proteção aquáticas, conforme previsto na Secção III, artigo 78º da Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos. O artigo estabelece o conceito e os objetivos de áreas de proteção, sendo estas “áreas com regimes especiais de uso delimitados em função de critérios ecológicos e sociais...”.

No artigo 79º determina-se o estabelecimento dos seguintes tipos de áreas de proteção aquáticas: Reservas Naturais Integrais Aquáticas, Parques Nacionais Aquáticos, Reservas Naturais Aquáticas, Reservas Parciais e Monumentos Naturais. Já o artigo 65º estabelece quais medidas de proteção reservadas para os recursos biológicos e ecossistemas aquáticos, frisando que se deve identificar as áreas marinhas ou aquáticas degradadas, e definir para estas, as medidas de reabilitação incluindo, entre outras, a proibição da pesca.

Ainda nesta lei, o artigo 19º impõe no âmbito das pescas, a determinação anual do total admissível de capturas (TACs)<sup>75</sup>. Este total deve ser publicado tanto no Diário da República como nos jornais de grande tiragem.

Esta legislação embora não seja exatamente igual as classificações internacionais para as AMPs, aponta aia assim para o entendimento da importância da inclusão de medidas reservadas para o meio ambiente marinho. Na verdade, em termos de parcerias bilaterais, Angola tem demonstrado avanços, com a introdução de mecanismos de conservação ambiental.

Angola, em parceria com a Namíbia e a África do Sul constituem membros da Convenção da Corrente de Benguela (doravante BCC). Os países comprometeram-se a implementar uma gestão ecossistémica designada EBM<sup>76</sup>, para o meio marinho daquela zona de modo a promover a utilização responsável dos seus oceanos e recursos e pôr em prática os princípios de desenvolvimento sustentável<sup>77</sup>.

A BCC é um mecanismo colaborativo legalmente constituído que conta com o programa MARISMA ou *The Marine Spatial Management and Governance Programme* da BCLME ou (*Benguela Current Large Marine Ecosystem*). Este foi fundado pelo Fundo Global para o Ambiente e implementado na região de Benguela entre 2002 e 2008<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> Lei n.º 6-A/04 de 8 de outubro.

<sup>76</sup> É uma abordagem de gestão integrada que toma em conta todas as interações no ecossistema, incluindo aquelas que envolvem atividades humanas e seus impactos cumulativos no espaço e no tempo.

<sup>77</sup> Convenção da Corrente de Benguela, 2013.

A figura apresenta o mapa da Corrente Benguela, região fronteiriça entre Namíbia e África do Sul.

<sup>78</sup> O governo alemão via GIZ apoia o governo de Angola e os governos da Namíbia e África do Sul através do projeto MARISMA, tendo concedido 8.9 milhões de Euros para o período de 2016-2020.



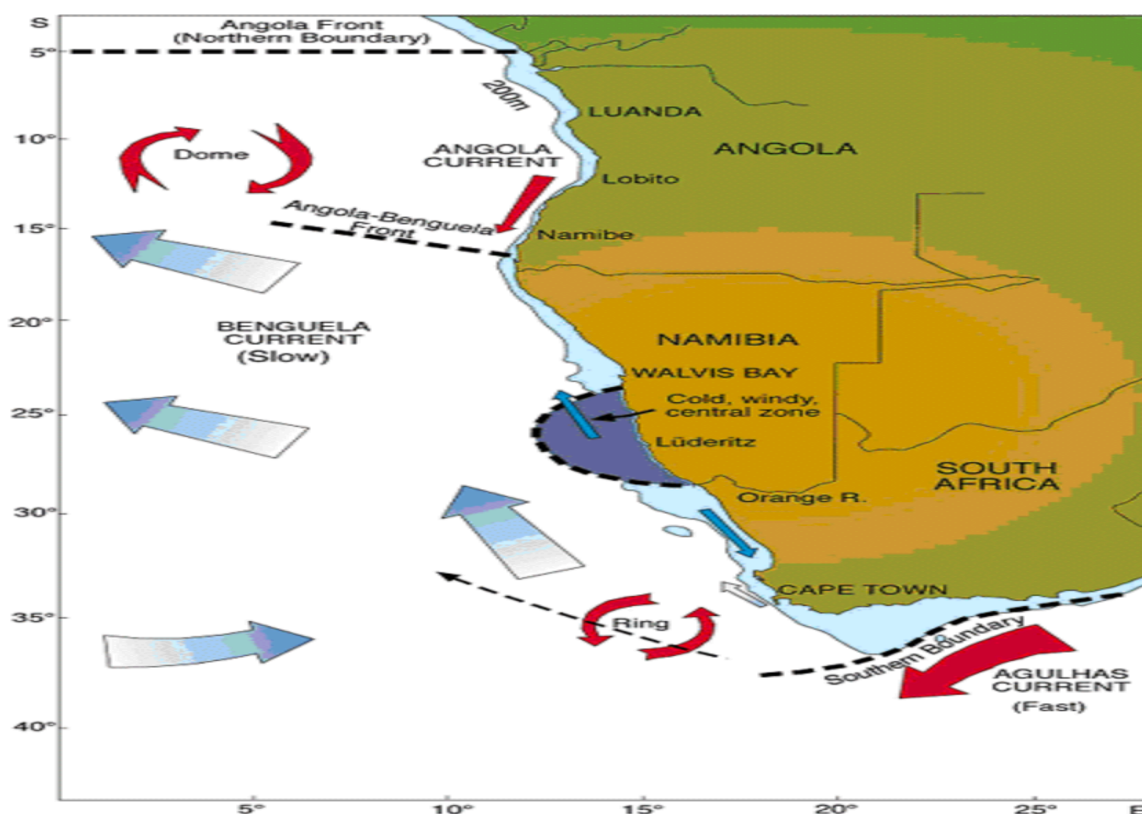


Figura 1. Os limites do vasto ecossistema da corrente de Benguela. A imagem apresenta as fronteiras internas e externas do ecossistema marinho da Corrente de Benguela, as suas características batimétricas e correntes da superfície (camada superior). Fonte: <http://archive.iwlearn.net/bclme.org/about/region.html>

O MARISMA tem como objetivo a melhoria das estruturas e capacidades de Angola, Namíbia e da África do sul, de modo que possam lidar com os problemas ambientais transfronteiriços. O programa promove o uso sustentável do oceano na corrente de Benguela, e foca na implementação do Ordenamento do Espaço Marítimo (doravante OEM), ou em inglês *Maritime Spatial Planning* (MSP) <sup>80</sup>. O OEM é o processo que visa o melhoramento de tomada de decisões, fornecendo uma abordagem ecossistémica para gerir as atividades humanas no meio ambiente<sup>81</sup>. Este processo revelou-se uma prioridade a nível mundial, isto por causa do número das atividades que ocorrem no mar. Angola iniciou um projeto-piloto na zona delimitada dos Ramiros, usando um plano de ordenamento que, se bem sucedido poderá vir a ser implementado em toda a região marítima em Angola.

<sup>80</sup> Benguela Current Convention. The BCLME Programme. Consult. 20/07/19. Disponível em: <https://www.benguelacc.org/index.php/en/about/the-history-of-the-bcc/the-bclme-programme>.

<sup>81</sup> Noronha, F. 2014. P.62

O projeto do Grande Ecossistema da Corrente de Benguela (BCLME), auxilia os países membros da Convenção na identificação de EBSAs-*ecologically or biologically significant marine areas*, que conforme definição da Convenção sobre a Diversidade Biológica, são zonas oceânicas especiais que proporcionam o funcionamento saudável dos oceanos.

Para que determinada zona seja considerada uma EBSA, esta deve atender a critérios como a unicidade ou raridade; importância especial para os estágios da vida das espécies; importância para as espécies ameaçadas, em declínio ou *habitats*; vulnerabilidade, fragilidade, sensibilidade ou recuperação lenta; produtividade biológica; diversidade biológica e a naturalidade da mesma. No âmbito do Projeto de Ordenamento e Governança do Espaço Marítimo da Corrente de Benguela (MARISMA), foram propostas 7 EBSAs ou Áreas Marinhas de Importância Ecológica e Biológica em Angola, designadamente<sup>82</sup>:

- EBSAs 1: Mussulo, Barra do Kwanza, Cabo Ledo;
- EBSAs 2: Moçamedes, Namibe;
- EBSAs 3: Chiloango, Cabinda;
- EBSAs 4: Ponta Padrão, Soyo, Zaire;
- EBSAs 5: Longa, Cuanza Sul;
- EBSAs 6: Ombaca, Amboim, Cuanza Sul;
- EBSAs 7: Bentiaba, Namibe<sup>83</sup>.

Por via desta parceria descobriu-se que Angola se encontra-se na verdade, particularmente mal preparada em termos de proteção espacial dos seus recursos marinhos, com 102 dos 133 tipos de ecossistemas identificados pela Comissão não tendo nenhum tipo de proteção. No entanto, Angola demonstra agir para contornar o estado de degradação do meio ambiente por meio de outras cooperações como esta e também por via de sua participação na esfera internacional, aderindo às convenções como a da Diversidade Biológica.

Angola assinou e ratificou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (doravante CDB), em julho de 1997 e tornou-se membro da Conferência das Partes, em abril de 1998, reafirmando o

---

<sup>82</sup>Benguela Current Convention. MARISMA- enabling sustainable ocean use in the Benguela Current Region. Consult. 20/07/19. Disponível em: <https://www.benguelacc.org/index.php/en/marisma>.

<sup>83</sup> Instituto Nacional de Estatística, 2018- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base. [https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP\\_AO\\_Relatório%20ODS\\_IND\\_BASE\\_FINAL%202018.pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP_AO_Relatório%20ODS_IND_BASE_FINAL%202018.pdf), p. 143.

compromisso perante a comunidade internacional pela conservação da sua biodiversidade para as gerações presentes e futuras. A Convenção contém três obrigações nomeadamente<sup>84</sup>:

- (i) A conservação da diversidade biológica;
- (ii) O uso da diversidade biológica de forma sustentável; e
- (iii) A distribuição dos benefícios da diversidade biológica de maneira justa e equitativa.

Angola tem perante suas obrigações internacionais, vindo a criar e a implementar as necessárias estratégias, demonstrado preocupação em cumpri-las e tem vindo a elaborar também relatórios periódicos de forma a apresentar junto da convenção informação relevante sobre o progresso feito <sup>85</sup>.

Para além de ser signatária da CBD, a Assembleia Nacional angolana aprovou em 2001 a Convenção sobre o Comércio de Espécies da Fauna e da Flora em Extinção (CITES) e em 2002, o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança<sup>86</sup>.

Angola aderiu também à Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente enquanto *Habitats de Aves Aquáticas* ou *Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat* (doravante Ramsar), através da resolução n.º 27/16 de 22 de julho. A adesão tem como fundamento a necessidade da criação e proteção de determinadas zonas húmidas que têm funções ecológicas fundamentais para a regulação dos regimes das águas e servem também de *habitat* para flora e fauna de características específicas, como as aves aquáticas. Alguns lugares situados em zonas húmidas da costa angolana foram identificados como potenciais locais Ramsar, incluindo, o Parque Nacional da Quiçama, especificamente, na região situada entre o rio Cuanza e o rio Longa. Existe hoje uma consciência crescente na sociedade angolana, relativamente à importância da adesão em projetos para proteção do ambiente mas o país deve ainda vir a aprovar e ratificar a outras convenções importantes.

Ainda no que toca a cooperação transfronteiriça, Angola participa do Programa Ambiental Regional da África Austral (doravante SAREP) ou *Southern Africa Regional Environmental Program*, que envolve esforços entre Angola, Botswana e a Namíbia na coordenação do grande ecossistema da bacia do rio Okavango. O programa realizou um estudo que revelou informações

---

<sup>84</sup> Artigo 1º da Convenção sobre Diversidade Biológica.

<sup>85</sup> Até agora foram elaborados 6 relatórios e o mais recente publicado em 2019.

<sup>86</sup> O protocolo é um acordo suplementar à Convenção sobre a Diversidade Biológica.

sobre o ecossistema do Okavango, resultando num melhor entendimento da distribuição da biodiversidade de peixes dentro deste rio.

O Delta do rio Okavango possui uma diversidade biológica rica reconhecida internacionalmente como um lugar de importância ecológica e tem por isso, o estatuto de local Ramsar<sup>87</sup>. O rio sustenta mais de meio milhão de pessoas, que utilizam os seus recursos vegetais e animais<sup>88</sup>.

A Comissão permanente das Águas da Bacia do Rio Okavango (doravante OKACOM) ou *Permanent Okavango River Basin Water Commision* criada em 1994 através do Acordo da OKACOM, trabalha com o programa SAREP, para dar seguimento ao Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Rio Okavango (IRBM). A OKACOM age como um órgão de assessoria técnica perante as Partes dos governos dos três estados em questões relacionadas com a conservação, o desenvolvimento e a utilização dos recursos de interesse comum para as Partes, assim como, desempenha outras funções relativas ao desenvolvimento e utilização de tais recursos que as Partes decidam atribuir a Comissão quando necessário. A OKACOM deve também prever e reduzir os impactos não desejáveis, inaceitáveis e desnecessários resultantes da exploração descoordenada dos recursos.

A Comissão incentiva os estados membros a promoverem o desenvolvimento coordenado e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos regionais, enquanto procuram satisfazer as necessidades sociais e económicas legítimas de cada um dos deles. Os três países envolvidos, reconhecem as implicações que o desenvolvimento de atividades conexas pode ter nos recursos constantes na bacia do Okavango e estão dispostos a trabalhar de modo a evitar que se ignore as necessidades ecológicas a favor do desenvolvimento económico<sup>89</sup>.

Assim como as cooperações transfronteiriças acima mencionadas, Angola constituiu membro em outras como: a Área Transfronteiriça de Conservação do Kavango-Zambeze(doravante ATFC KAZA), o Maiombe Forest TFCA e o Projeto Okavango *Wilderness*.

A ATFC KAVA, ganhou estatuto legal através do Memorando de Entendimento assinado em Dezembro de 2006 pelos Ministros responsáveis pelo ambiente, recursos naturais, vida selvagem e turismo das Repúblicas de Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbábue e Namíbia. A cooperação cobre as bacias dos rios Kavango e Zambeze onde estes convergem e tem como

---

<sup>87</sup> Região alagadiça ou zona húmida de importância internacional.

<sup>88</sup> OKACOM. Programa Ambiental Regional da África Austral (SAREP). Consult [13/11/19], disponível em: <http://www.okacom.org/okacoms-work-pt/partners-and-projects-pt/projectos/partner-projects/sarep/sarep-project-page>

<sup>89</sup>OKACOM. A Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. Consult. [13/11/19], disponível em: <http://www.okacom.org/okacom-commission-pt>

objetivo “ gerir de forma sustentável, o ecossistema do Kavango Zambeze, seus recursos patrimoniais e culturais, com base nos melhores modelos de conservação e turismo para o bem-estar socioeconômico das comunidades e outros intervenientes envolta da ecoregião, através da harmonização de políticas, estratégias e praticas”<sup>90</sup>.

A Mayombe *Forest TFCA*, ou Mayombe Floresta Transfronteiriça de Áreas Protegidas é um Acordo transfronteiriço para a gestão sustentável do ecossistema da Floresta do Mayombe. O acordo foi formalizado em um Memorando de Entendimento assinado em 2011, por Angola, República Democrática do Congo, Gabão e a República do Congo e cobre uma área total de 36 000 km<sup>2</sup>. A área coberta pelo acordo abrange o canto sudoeste da República Democrática do Congo, o Enclave de Cabinda em Angola, as florestas costeiras do Congo e o sul-oeste do Gabão. A cooperação abrange dentro dos países acima mencionados, o Parque Nacional do Mayombe em Angola, a Reserva Biosfera Luki na Republica Democrática do Congo, a Reserva Biosfera Dimonica no Congo, o Parque Nacional Concouati-Douli e a Reserva Nacional o Parque Marinho Mayumba no Gabão<sup>91</sup>.

A floresta do Mayombe, denominada um dos mais ricos pontos de diversidade biológica no mundo, um bioma de floresta tropical que forma a margem sul da floresta tropical na África Centra e é lar para uma grande variedade de fauna como insetos e outros invertebrados, peixes de água doce, anfíbios, reptéis, aves, mamíferos e também primatas como o chimpanzé, gorila de planície e várias espécies de macacos do Velho Mundo<sup>92</sup>.

Por último, o projeto Okavango *Wilderness*<sup>93</sup>, introduzido pela National Geographic, foi desenvolvido para examinar e eventualmente proteger as águas das nascentes do Delta do Okavango. O projeto teve início em 2015 quando a primeira expedição ao rio Cuíto foi levada a cabo.

A nível nacional, decorreu o Projeto Kitabanga que atou sobre a conservação de tartarugas marinhas. O projeto foi iniciado pelo Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, e foi implementado com o apoio do Ministério do Ambiente (entre 2003-2013), conta com a participação de docentes e estudantes universitários, bem como,

---

<sup>90</sup>Área Transfronteiriça de Conservação do Kavango Zambeze (ATFC KAZA). Consult. 20/11/19. Disponível em: <https://www.kavangozambezi.org/pt/sobre/sobre-kaza-tfca>

<sup>91</sup>2017-2018 Mayombe TFCA Report. Consult. 21/11/19. Disponível em: <https://tfcaportal.org/sites/default/files/eventdocuments/Session%20II%20-%20Mayombe%20TFCA%20report.pdf>

<sup>92</sup>Transfrontier Conservation Areas- Southern african Development Community. Consult. 21/11/19. Disponível em: <https://tfcaportal.org/node/438>

<sup>93</sup> National Geographic Portugal. [em linha]. Missão para salvar o delta do Okavango, em Africa. [Consult. 28/11/19]. Disponível em: <https://nationalgeographic.sapo.pt/natureza/grandes-reportagens/1727-missao-para-salvar-o-delta-do-okavango-em-africa>

com os membros de comunidades locais<sup>94</sup>. O projeto cobriu uma área de 31 km distribuída pela região do Kissebo (3 km), Palmeirinhas (12 km), Longa e Manono (Bentiaba, 10 km), e previa-se a inclusão de mais um ponto na região da Binga com cerca de 2 km entre 2013 e 2014<sup>95</sup>.

A existência de todas cooperações e projetos mencionados, solidifica a existência de uma preocupação e vontade de melhor gerir a biodiversidade mas, por outro lado, a falta de informação detalhando o trabalho e progresso feito por via dos mesmos contribui para ideia de que estes possam existir apenas no papel, criando mais uma lacuna a ser preenchida.

---

<sup>94</sup>Projeto Kitabanga, [Em linha]- Conservação de Tartarugas Marinhas. Consult. [4/12/19] Disponível em: <http://www.projectokitabanga.org/index.php>

<sup>95</sup> Tendo em conta a falta de relatórios sobre o progresso do projeto, não foi possível confirmar com exatidão se a área correspondente a Binga foi na realidade adicionada durante o período mencionado.

### 3.2 Principais Lacunas

Tem-se vindo a verificar de uma forma crescente a degradação do estado geral das áreas de conservação no meio terrestre angolano, potenciada pela falta de criação implementação de planos de gestão e de instrumentos que capacitem o cumprimento de leis estabelecidas nos regulamentos ambientais. A ausência e ineficácia dos sistemas de gestão na maior parte das áreas protegidas terrestres, resulta também da falta de pessoal qualificado, de recursos financeiros e logísticos e da reduzida participação da população na gestão das áreas protegidas<sup>96</sup>.

O sistema de classificação de categorias de áreas de conservação precisa de ser revisto e atualizado para ir ao encontro de grande parte dos sistemas de outros países que seguem a classificações como a da UICN<sup>97</sup> ou ainda outras. As lacunas ainda não colmatadas nas áreas de conservação já existentes no meio terrestre apontam para as possíveis causas da falta de atenção dirigida ao meio marinho.

Mesmo com a existência de todos os mecanismos de cooperação mencionados, a atual ausência de áreas marinhas protegidas em Angola é um dos principais desafios que se depara à conservação e utilização sustentável da biodiversidade costeira, tendo em conta as múltiplas ameaças aos ecossistemas<sup>98</sup>.

De modo a que se ultrapasse os desafios à conservação do meio ambiente marinho e de forma que se use os recursos de forma sustentável, é necessária a consideração das seguintes lacunas que hoje caracterizam o quadro ambiental do país:

- Falta de conscientização sobre conservação e envolvimento das principais partes interessadas como funcionários do governo, incluindo autoridades locais, setor privado, sociedade civil, etc<sup>99</sup>. A sociedade carece de informações e conscientização sobre a importância do ambiente marinho e costeiro ao largo e as implicações que sua degradação representa a longo prazo.

---

<sup>96</sup> PESAP, 2017. p.28

<sup>97</sup> A UICN desenvolveu um sistema de classificação para áreas protegidas baseado nos objetivos da sua gestão. Este sistema reconhece que enquanto certas áreas são protegidas de forma mais rigorosa das atividades humanas, outras são permitidas certas formas de intervenção como o uso sustentável dos recursos naturais.

<sup>98</sup> Tarr *et al.* 2007

<sup>99</sup> GEF-60- 2017- Creation of Marine Protected Areas in Angola.

- Por outro lado, a capacidade institucional insuficiente para a criação e gerenciamento de áreas marinhas protegidas contribui para a atual falta de AMPs. Como já mencionado, não existem barreiras legais para a criação de AMPs em Angola visto que, a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos fornece a estrutura legal necessária, no entanto, falta ainda capacidade institucional e coordenação suficiente para a criação e gestão eficaz de AMPs. O Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas Protegidas INBAC, cujo mandato institucional é de implementar as políticas de conservação do Ministério Ambiente, foi fortalecido nos últimos anos, principalmente pelos esforços de projetos anteriores do Fundo Global do Ambiente (GEF), contudo, os projetos desenvolvidos não focaram na capacidade de desenvolver e gerenciar AMPs, o que impede que o INBAC e demais departamentos responsáveis, desempenhem um papel coordenador na identificação de locais que atendam aos objetivos de conservação da biodiversidade adequados para AMPs como também impede a implementação de um processo inclusivo e participativo de criação de áreas protegidas e manejo subsequente. Essa barreira deve ser superada através da adição de uma unidade para AMPs no INBAC em Luanda e adição de pessoal e financiamento apropriado<sup>100</sup>. O Governo e a sociedade devem trabalhar em conjunto para o alcance de melhores resultados.
- A falta de um sistema de classificação e respetivos critérios para a designação de áreas de conservação como o da UICN já antes mencionada ou, a adoção de fato deste sistema para que se tenha na UICN um parceiro fundamental na realização de estratégias destinadas a conservação da biodiversidade constitui mais uma lacuna <sup>101</sup>.
- É cada vez mais reconhecido que as abordagens intersectoriais são um pré-requisito para uma gestão eficaz da biodiversidade, mas a abordagem ainda não é bem compreendida e não foi introduzida em Angola, pois os departamentos e setores do governo tendem a trabalhar de forma autónoma. Por exemplo, atualmente, a pesca marinha em Angola é gerida e desenvolvida nos termos da Lei das Pescas de 2004, que abrange, entre outros, aspetos de planeamento, licenciamento, vigilância e fiscalização, por outro lado, todos os aspetos ambientais da exploração e produção de petróleo e gás que tendem a afetar o meio ambiente marinho são geridos pelo Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos.

---

<sup>100</sup> Ibid

<sup>101</sup> PESAP, 2018.p.31



Os esforços devem ser intensificados para garantir a integração efetiva dos objetivos e práticas de conservação da biodiversidade e uso sustentável dentro desses setores<sup>102</sup>.

Estas lacunas presentes tanto no meio terrestre como no meio marinho, datam a época em que decorreu o conflito armado no país, onde o meio ambiente não era tido como prioridade mas, reconhece-se que, possam existir outros fatores fora destes que contribuam para o atual estado da rede de preservação. O investimento na resolução de questões que apresentam obstáculos na rede de áreas de conservação no meio terrestre já existente, poderá vir a estabelecer a base para a políticas e estratégias para potenciais AMPs na zona costeira angolana. Algumas áreas na zona costeira do país poderão vir a ser classificadas como Reserva Natural Integral e poderão vir a constituir ao longo da faixa marítima contígua das zonas protegidas terrestres, novas zonas de proteção para as espécies que existem no meio ambiente marinho. Zonas como o Parque Nacional do Iona e o Parque Nacional da Quiçama, ambos com uma extensão de linha de costa de 290 km, que possuem limites costeiros mas com uma deficiente gestão da sua área terrestre associada a falta de recursos humanos e financeiros.

O estabelecimento de organismos como o Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação, evidencia os esforços feitos para que se obtenha resultados bem sucedidos. Adicionalmente, Angola tem, não obstante às dificuldades expostas, mostrado acompanhar com o que tem sido as políticas inovadoras como a do desenvolvimento sustentável, apresentada a seguir.

---

<sup>102</sup>GEF-60- 2017- Creation of Marine Protected Areas in Angola. P.6-7

### 3.3 Leitura das AMPs no Ideal de Desenvolvimento Sustentável em Angola

O desenvolvimento sustentável sempre foi fator colocado perante as sociedades quando se fala da utilização dos recursos naturais, sobretudo sempre que os efeitos do desenvolvimento ameaçam a própria sobrevivência de uma determinada atividade e do setor social correlativo<sup>103</sup>.

O conceito contemporâneo de desenvolvimento sustentável foi catalisado pelo Relatório Brundtland<sup>104</sup>, apresentado na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que definiu este como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”<sup>105</sup>.

O Relatório Brundtland foca-se em três fatores: o desenvolvimento econômico; a proteção ambiental e a equidade social. Este alerta ainda para a necessidade de se elaborar políticas sobre o desenvolvimento econômico que não esgotem os recursos naturais e não causem danos ambientais<sup>106</sup>.

O desenvolvimento sustentável é essencialmente um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional funcionam em harmonia de modo a reforçar o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas<sup>107</sup>.

A emergência das políticas do desenvolvimento sustentável encontram a sua origem nas preocupações com a perda biodiversidade, não só a perda desta, como também a capacidade de regeneração dos recursos naturais que se tornava comprometida, devido ao consumo excessivo.

Angola afirmou internacionalmente a sua vontade em vir a praticar as suas atividades de aproveitamento dos recursos naturais de uma forma mais sustentável, com a elaboração em 2012 do Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo. Este plano que teve vigência no período que decorreu entre 2013 a 2017, fixou as grandes orientações para o desenvolvimento de Angola relacionadas particularmente com o meio ambiente, tendo como prioridade a implementação de programas nacionais sobre as alterações climáticas; a promoção da utilização de energias limpas e a adoção de tecnologias ambientais, designadamente nos setores

---

<sup>103</sup>Ribeiro, M. C, 2013- A proteção da biodiversidade marinha...p.411

<sup>104</sup>Em homenagem a presidente da Comissão Mundial para o ambiente e o Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland.

<sup>105</sup> Relatório Brundtland, 1987- “Our Common Future”.

<sup>106</sup> Barbosa, G. S, 2008-Revista visões. O desafio do desenvolvimento sustentável.

<sup>107</sup> Estender, A. C, & Pitta, T.T, 2008- Revista Terceiro Setor. O conceito do desenvolvimento sustentável

petrolíferos, de gás e da indústria petroquímica; a implementação de um sistema de conservação terrestre e marinho e promoção da investigação científica e aplicada na área da biodiversidade<sup>109</sup>. Destaca-se particularmente o objetivo que pretende alcançar o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos, pela necessidade de se “promover a competitividade e desenvolvimento da pesca industrial e artesanal, de modo sustentável, contribuindo para a promoção de emprego, com objetivo de combater a fome e a pobreza e garantir a Segurança alimentar”<sup>110</sup>. Este objetivo engloba aquilo que é o pilar do desenvolvimento feito de forma sustentável, onde as dimensões económicas, sociais, ecológicas e ambientais são encaradas de uma forma conjunta e a abordagem passa de uma setorial a uma integrada.

Na reunião da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Setembro de 2015 em Nova York, os líderes mundiais, incluindo representantes do estado de Angola, adotaram a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (doravante ODS)<sup>112</sup> e indicadores para acabar com, entre outros, a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça e combater as alterações climáticas<sup>113</sup>. Com a adoção dos ODS, e em particular o seu objetivo número 14 - “Proteger a vida Marinha”, Angola implementou a meta de “até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com legislação nacional e internacional, com base na melhor informação científica disponível”<sup>114</sup>. Face a meta referida e sabendo-se da inexistência de AMPs até o presente ano (2019), espera-se que 2020 será o ano em que se comece o trabalho para concretização desta e outras metas.

No domínio da prática sustentável da pesca comercial, artesanal, recreativa e de subsistência, Angola ratificou aos seguintes Tratados e Acordos Internacionais apresentados pelas diferentes Agências das Nações Unidas:

---

<sup>109</sup> Ibid, p.36

<sup>110</sup> Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde e o Quadro Pós- 2015. Pág.32 Consult. 13/09/19. Disponível em: [https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNDP\\_AO\\_MDG-Pos2015\\_2013.pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNDP_AO_MDG-Pos2015_2013.pdf)

<sup>112</sup> Os ODS definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.

<sup>113</sup> Inovação para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola. Consult. 14/07/2019. Disponível em: [https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/Presentation%20FirstGeneration%20Innovation%20contest%20POR\\_TUGUÊS.2JUNE.%202016..pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/Presentation%20FirstGeneration%20Innovation%20contest%20POR_TUGUÊS.2JUNE.%202016..pdf)

<sup>114</sup> Instituto Nacional de Estatística, 2018 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base. Consult. 14/09/19. Disponível em: [https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP\\_AO\\_Relatório%20ODS\\_IND\\_BASE\\_FINAL%202018.pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP_AO_Relatório%20ODS_IND_BASE_FINAL%202018.pdf)

- A Resolução no 9/06, de 27 de Fevereiro, da Assembleia Nacional – D.R. no 26 aprovou a adesão de Angola ao Acordo que cria a Organização Intergovernamental de Informação e de Cooperação para a Comercialização dos Produtos de Pesca em África “INFOPÊCHE”;
- A Resolução no 1/06, de 15 de Fevereiro, da Assembleia Nacional – D.R. no 21 aprovou a adesão de Angola ao Estatuto do Comité das Pescas do Atlântico Centro – Este “COPACE”;
- A Resolução no 3/06, de 20 de Fevereiro, da Assembleia Nacional – D.R. no 23 aprovou a adesão de Angola a convenção sobre a Conservação e Gestão das Pescarias do Alto Mar do Atlântico Sul - Este “SEAFO”<sup>115</sup>.

Dentro do propósito que é o desenvolvimento sustentável, a utilização sustentável dos recursos marinhos (recursos haliêuticos e recursos genéticos), pode ser atingida através da criação de áreas marinhas protegidas<sup>116</sup>.

Estas áreas marinhas protegidas podem vir a potenciar ganhos económicos de forma sustentável, pela possibilidade de desenvolvimento de atividades humanas dentro dos seus limites como, a pesca, a investigação científica e a prospecção, fator indicativo da importância destas no equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a garantia da sua permanência no futuro, para o bem das gerações atuais e também para as futuras.

---

<sup>115</sup> Ibid. p.145

<sup>116</sup> Ribeiro. M. C, 2013- A proteção da biodiversidade marinha... P.421

## 4. Considerações Finais

Feita a avaliação do que tem sido a posição adotada por Angola perante as tarefas assumidas internacionalmente, assim como o compromisso feito com a sociedade angolana, é possível constatar que, em algumas áreas foram feitos avanços e existe potencial para muito mais. No entanto, existem ainda muitos problemas relacionados com a falta generalizada de dados científicos sobre a biodiversidade marinha angolana, o financiamento de projetos relacionados com a proteção do meio ambiente, como também a falta de recursos alocados à proteção ambiental precisam de melhor atenção, e a aparente insuficiente capacidade institucional é igualmente preocupante.

Uma vez que a pesca comercial já esgotou cerca de 75% dos recursos pesqueiros existentes nos mares e oceanos no mundo e a ameaça que esta pouça aos ecossistemas marinhos, culturas e economias que deles dependem é constante, é importante o estabelecimento de áreas marinhas protegidas para que se garanta a sobrevivência de zonas vitais como as de desova, para que se proteja as populações de peixe e para permitir a recuperação de espécies que tenham sido sobre exploradas<sup>117</sup>.

Para Angola, um possível começo deste processo traduz-se com o investimento na atual rede de conservação terrestre e mais tarde, na possível expansão da rede de áreas protegidas de modo a incluir parques com zonas de costa como os parques nacionais do Iona e da Quiçama que possuem amostras de espécies afetadas e onde constam ecossistemas que se encontram num estado de conservação desfavorável.

Entende-se que o primeiro passo na constituição das AMP's em Angola, será uma análise investigativa pormenorizada sobre os diferentes passos que deverão ser adotados para a sua criação e gestão. No entanto, a seguir olharemos para o que por norma, consta num processo de estabelecimento de AMPs.

---

<sup>117</sup> Huntley J, 2010

## 4.1 Processo de Criação das AMP

Os modelos que vem a ser adotados por alguns países durante o processo de criação de AMPs, seguem a definição da União Internacional para a Conservação da Natureza, que deixa claro que as AMPs devem proporcionar proteção, reabilitação, uso sensato e o prazer em perpetuidade da herança marinha do mundo. É claro que o sistema da UICN não é o único que existe mas será aqui usado como exemplo.

Tendo em conta as diretrizes acima referidas, o processo de designação de AMPs segue quatro etapas sequenciais<sup>119</sup>:

1. Avaliar as necessidades de conservação a ambos os níveis, local e regional: As necessidades locais e regionais de conservação dependem dos tipos de recursos, da intensidade e natureza dos usos humanos e das características físicas e biológicas dos *habitats*;
2. Definir objetivos e finalidades de criação das áreas marinhas protegidas: A segunda etapa é o estabelecimento de fins específicos de gestão para a Área Marinha Protegida proposta. Na maioria dos casos, a AMP terá múltiplos objetivos, como sejam; a proteção de *habitats* representativos, conservação de espécies raras, restauração ou aumento das populações de peixes, ou salvaguarda de lugares históricos, entre outros.
3. Descrever as características chaves a nível biológico e oceanográfico: a avaliação de potenciais locais dependente destes critérios, necessita da recolha e integração de informação sobre a história de vida das espécies exploradas ou ameaçadas, (como por exemplo, locais de desova e crescimento, padrões de dispersão) e das características oceanográficas da região. Estas últimas podem incluir correntes de água e padrões de circulação, identificação de zonas de ressurgência de nutrientes provenientes de águas mais profundas ou de *upwelling* e outras características associadas ao aumento da produtividade, qualidade da água, disponibilidade de nutrientes, poluição, sedimentação, zonas preferenciais de crescimento descontrolado de matéria vegetal ou de *blooms* de algas e mapas de *habitats*;
4. Identificar e escolher o local ou locais que possuem o potencial mais elevado para a implementação: apurar as propriedades desejadas da possível AMP de modo a elaborar um

---

<sup>119</sup> Catita, E, M. 2003 – Projeto para a criação de uma área de proteção marinha...p.14

plano de zonamento que especifique o tamanho e localização das reservas, este deve refletir as propriedades biológicas e oceanográficas para identificar os objetivos específicos.

A classificação e grau de prioridade destes principais objetivos pode ser guiada pelas necessidades locais e/ou fins regionais de conservação para estabelecimento de uma rede de AMPs, assim como, os objetivos conflitantes podem necessitar de negociação, para que se evite a perda de proveitos e se considere os impactos sociais e económicos resultantes.

Existe uma multiplicidade de fins para o estabelecimento de AMPs, como sejam; a conservação da biodiversidade, o melhoramento da gestão das pescas, a proteção da integridade do ecossistema, a preservação da herança cultural, proporcionamento de oportunidades educacionais e de recreio e estabelecimento de locais para a investigação científica. Para além destes, a recuperação de populações de espécies exploradas nas zonas designadas e em aquelas adjacentes, é um dos principais benefícios que a proteção pode originar. Para que a biodiversidade seja alvo de promoção, os critérios para a escolha do local para uma AMP ou Reserva, podem incluir; representatividade e heterogeneidade do *habitat*, diversidade de espécies, representação biogeográfica, a presença de *habitats* vulneráveis ou espécies ameaçadas e o funcionamento do ecossistema.

Tendo isto em mente, a criação de AMPs na zona costeira dos parques nacionais carece de estudo e consequente levantamento das suas características, tais como, os ecossistemas presentes e os *habitats* e principais ameaças.

Assim como a UICN, a World Wildlife Fund (doravante WWF), aponta para uma série de critérios a considerar no processo de criação de AMPs, sendo o primeiro passo na criação de uma AMP o conhecimento de toda a informação relativa à área onde se pretende criar a AMP, fator semelhante à diretriz da UICN. Para além deste, seguem alguns critérios que poderão vir a ser considerados na criação de uma AMP em Angola <sup>120</sup>:

- É necessário identificar os agentes envolvidos de forma que se evite constrangimentos e determine quais as pressões que atividades praticadas na zona possam influenciar o bom estado ambiental. Os agentes a serem incluídos no processo de criação de AMPs tanto nos parques do Iona e da Quiçama como em qualquer uma outra zona são, o Ministério do Ambiente; o Ministério das Pescas e do Mar, por via da Direção Nacional de Pescas e

---

<sup>120</sup> Correia, M. 2013. Avaliação da importância, potencial constrangimentos da designação do Banco de Gorringe como Sítio de interesse Comunitário. p.32

Proteção dos Recursos Pesqueiros, a faculdade de Biologia da Universidade de Agostinho Neto que efetua estudos que desenvolvem e monitoram estratégias de conservação para as zonas costeiras e marinhas; a comunidade local, as Organizações não Governamentais, o Ministério dos Recursos Minerais e dos Petróleos, o Ministério do Interior; o Ministério da Defesa Nacional, diferentes órgãos do setor privado, Administrações municipais e provinciais; o Instituto de Investigação Pesqueira, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre outros.

- Deve-se considerar também qual a importância social associada as zona proposta. São realizadas atividades humanas no local, sejam estas de pesca, observação de cetáceos ou outras atividades turísticas e recreativas?

Os Parques da Quiçama e do Iona albergam habitantes que foram movidos para lá pela necessidade durante o período do confronto armado na década de 70. Estes permaneceram dentro dos parques e usam os seus recursos naturais para sua subsistência. Em 1970 constavam no Parque da Quiçama mais de 5 000 habitantes e desde então, não é claro o número de habitantes existente em ambos parques. A falta de dados atualizados sobre o número de pessoas presentes, reforça a necessidade de investigação e obtenção de dados em várias áreas.

- É de igual modo crucial avaliar a importância ecológica do local, isto é, quando o local inclui uma variedade interessante de *habitats* e espécies raras ou ameaçadas, ou ainda, quando ocorram zonas de berçário ou recrutamento de espécies de importância comercial.

No caso do Parque Nacional do Iona faz-se presente a corrente fria de Benguela, que por si só, é rica em diferentes espécies já anteriormente mencionadas. O Iona está conectado à Bahia dos Tigres, facilitando a migração, a distribuição geográfica e o intercâmbio genético entre populações de espécies presentes nas duas zonas. A proximidade do Parque a Bahia dos Tigres cria a necessidade da integração de um sistema que conserve a grande diversidade de pelicanos brancos e aves limícolas presentes na Baía.

O parque alberga também das mais variadas espécies de tartarugas e Esplanadas marinhas, assim como as Planícies de Grava que são extremamente sensíveis, de grande valor ecológico e estético. Para além destes, constam ainda os mais variados *habitats* e espécies prioritárias dentro do Parque Nacional do Iona.



A contribuição do Parque da Quiçama para sobrevivência das espécies de aves marinhas invernantes que se reproduzem mais a sul do subcontinente, como o alcatraz-do-cabo, faz deste um local crucial para o desenvolvimento de uma fase do ciclo de vida.

Os critérios sociais, ecológicos, assim como a vulnerabilidade, fragilidade, sensibilidade dos *habitats* ou das espécies acima mencionados, constituem razões viáveis para a designação de AMPs na faixa costeira dos Parques Nacionais do Iona e da Quiçama.

O processo de criação de AMPs segue com a tomada decisão sobre os objetivos específicos que levam a sua criação.

## 4.2 Principais Objetivos para Criação de AMPs

Os objetivos de proteção de uma área marinha protegida determinam os benefícios que podem resultar da criação da mesma e em muitos casos as AMPs são criadas com uma combinação dos diferentes objetivos. Estes podem ser objetivos científicos, económicos, culturais e éticos<sup>121</sup>.

- Os objetivos científicos consistem em manter a diversidade genética e das espécies; promover a investigação, educação/ áreas de treino; conservar *habitats* e biomas e áreas de monitorização de referência e proteger espécies raras/importantes;
- Os objetivos económicos consistem em promover o turismo de recreio assim como o desenvolvimento sustentável e recolonizar as áreas sobre exploradas;
- Os objetivos culturais visam a salvaguarda dos valores estéticos e a proteção de lugares históricos/culturais; e
- Objetivos éticos visam a conservação do valor intrínseco absoluto da área a proteger.

A legislação que vigora em Angola estabelece que os objetivos das áreas de proteção aquáticas visam assegurar, a) a preservação de espécies, ecossistemas e *habitats* aquáticos, bem como da sua diversidade biológica; b) a proteção de valores culturais, em especial estéticos; c) o uso recreativo e o turismo; d) a investigação científica; e a contribuição para a criação de uma rede de áreas de proteção ambiental<sup>122</sup>.

A reabilitação das estruturas presentes na zona contigua terrestre dos parques nacionais do Iona e Quiçama e a inclusão das AMPs costeiras não só conservará as espécies como também poderá criar oportunidades para uso recreativo e para o turismo de natureza e para cogestão da pesca.

Por outro lado, a observação dos ecossistemas dentro dos parques, aponta para a priorização dos objetivos ambientais e sociais, isto por conta da degradação e falta de infraestruturas e por outra, pela presença da população que lá habita e usa os recursos, potencialmente contribuindo para o colapso dos estoques de peixes na zona.

Podemos considerar que existe de facto já uma base consolidada de entendimento relativamente aos objetivos que fundamentam a criação destas AMPs quer a nível internacional, quer na própria legislação angolana. Base esta que, com algumas mudanças e melhoramentos poderá vir

---

<sup>121</sup> Catita, E.M. Projeto para a criação de uma área de proteção marinha...2002- P.22

<sup>122</sup> Artigo 78º da Lei n.º 6-A/04, Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos de 8 de Outubro

a ser utilizada nos projetos decorrentes de conservação dos recursos e *habitats* aquáticos e no uso sustentável dos mesmo a longo prazo.

Os objetivos listados aqui são apenas os mais comuns mas a criação de AMPs não está limitada a estes. Os objetivos são alavancados pelos planos de ordenamento que garantem a sua execução.

### 4.3 Planos de Gestão

A elaboração de planos de gestão no decorrer do processo de criação da AMP é crucial para que os objetivos propostos sejam atingidos. O objetivo geral do plano de gestão da área é a conservação dos *habitats* e dos processos ecológicos de modo a preservar a zona para fins como turismo, pesca, investigação científica, educação ambiental, assim como, proteger certas espécies e comunidades bióticas e a paisagem natural.

A AMP deve ser designada com base no melhor conhecimento possível e a criação deve ser baseada em objetivos específicos que indiquem a sua localização e planeamento. É igualmente importante que seja designada através de processos inclusivos e participativos que considerem o contexto socioeconómico e ecológico a nível local, regional e nacional.

A implementação dos objetivos deve ser feita de forma ativa para que estes sejam eficientes, cumpridos e aceites. Em suma, o plano de gestão apresenta as estratégias e atuações necessárias e apenas com este instrumento será possível compatibilizar os objetivos de preservação dos valores e dos processos naturais, culturais e éticos com os objetivos de uso racional do local designado<sup>123</sup>.

Deve haver ainda uma monitorização dos efeitos das medidas de proteção e de todo o processo de implementação, nomeadamente, se a gestão é eficiente e suficiente para que a AMP cumpra os seus objetivos de conservação e para que haja o reconhecimento dos seus benefícios<sup>124</sup>. A monitorização seria de extrema importância para garantir o cumprimento da legislação na zona dos parques e deverá ser executada pelas autoridades de uma forma colaborativa visto que trata-se de zonas terrestres e costeiras.

Ao abrigo da LRBA, o artigo 13º determina a necessidade de utilização de medidas de gestão como planos de ordenamentos, no entanto, não se especifica exatamente quais são as medidas aplicáveis às AMPs, mas se determina, entre outros, que cabe ao Ministério competente a determinação das ferramentas de gestão e que os planos de ordenamentos criados ao abrigo da mesma devem ter duração de cinco anos e são prorrogados automaticamente por iguais períodos, caso não seja possível a elaboração novos planos dentro dos prazos fixados.

---

<sup>123</sup> Catita, E.M. Projeto para a criação de uma área de proteção marinha... 2002- p.297

<sup>124</sup>MPA X-ray. -Diagnostico de Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas.p.20

[http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017\\_03\\_05\\_relatorio\\_wwffevereiro\\_prova3.pdf](http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017_03_05_relatorio_wwffevereiro_prova3.pdf)

Uma vez que, cada área proposta à AMP exige a definição de medidas de conservação específicas que garantam um estado de conservação favorável das espécies e *habitats* que levaram a classificação da zona, as medidas de gestão para a zona do Iona poderão ser completamente diferentes em relação as da Quiçama.

O carácter individual de cada plano de gestão, não permite a elaboração de um esboço do que poderá vir a ser utilizado, quando o processo de elaboração dos mesmos está desde o início condicionado à existência de dados relevantes.

O processo de criação de AMPs é marcado pelas etapas cruciais apresentadas acima mas, a iniciativa, assim como, a participação dos diversos órgãos interessados é encorajada de modo a que se obtenha os melhores resultados.

Seguem alguns exemplos de AMPs criadas por via de iniciativas que partiram de órgãos independentes interessados.

#### 4.4 Exemplos da Criação de AMPs (processo *bottom-up*)

A embora o Estado tenha o mandato jurídico para colocar determinado espaço sob um regime de conservação, a iniciativa de se conservar os recursos pode partir tanto das comunidades de base como da sociedade civil, comunidade internacional ou agências governamentais<sup>125</sup>

Existem casos em que as AMPs são criadas *bottom-up*, isto é, a AMP é estabelecida através de um processo sociopolítico, caracterizado pela apropriação dos objetivos de conservação da biodiversidade pelos atores locais<sup>126</sup>. Seguem abaixo dois exemplos.

##### **Exemplo 1: A praia das Avencas**

Trata-se da primeira AMP com gestão local em Portugal. A Câmara Municipal de Cascais propôs a criação desta AMP de modo a expandir os limites da zona de interesse Biofísico das Avencas (ZIBA das Avencas).

As suas características geológicas, a grande variedade biológica que a plataforma intertidal da Parede/Avencas possui, por ser uma zona privilegiada para a elaboração de estudos de âmbito científico e pedagógico e por constituir uma área de lazer popular na região, foi classificada pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela – São Julião da Barra (POOC Cidadela - S. Julião) em 1998 como Zona de Interesse Biofísico das Avencas (ZIBA). Apesar do estatuto de proteção aplicado com a criação da ZIBA, as plataformas rochosas continuaram a ser alvo de diversas atividades humanas causadoras de impacto (por exemplo, pisoteio e pesca). Foi assim necessário passar a um outro estatuto de proteção, com a criação de uma Área Marinha Protegida<sup>127</sup>. O objetivo desta reclassificação foi incluir toda a plataforma rochosa nas medidas de proteção e preservação do *habitat* entre marés e respetiva biodiversidade.

---

<sup>125</sup> Borrini-Feyerabend, G., C. Chatelain e Gilles Hosh, 2009- ... Em Governança Partilhada! Um guia pratico para as áreas marinhas protegidas da África Ocidental p. 18

<sup>126</sup> Francisco Aros, Lúcia da Costa Ferreira, 2013- A construção de uma Arena Ambiental para a Conservação da Biodiversidade marinha no Chile.P.124

<sup>127</sup> Frederico Almada, Pedro Duarte Coelho, Ana Pereira, Joana Robalo. 2017- Monitorização da AMP Avencas- parte I Relatório Geral. P. 13

A Área Marinha Protegida das Avencas (AMP Avencas) foi aprovada pela Resolução de conselho de Ministros nº 64/2016, com a alteração dos limites. Esta, que é a mais recente área marinha protegida Portuguesa<sup>128</sup>.

Trata-se de uma nova forma de abordagem na criação das AMPs, em que a necessidade nasce a nível local e é o município quem propõe ao governo a criação de uma área protegida em espaço marítimo junto à costa.

### **Exemplo 2: Armação de Pêra**

É a primeira AMP de interesse comunitário na Baía de Armação de Pêra, resultado de um processo participativo entre o Município de Silves, a Universidade do Algarve, a Associação de Pescadores de Armação de Pêra, a Fundação Oceano Azul, o Centro de Ciências do Mar e a Freguesia de Armação de Pêra.

A Baía foi apontada em estudos feitos pelo CCMAR (Centro de Ciências do Mar), como uma das áreas com maior biodiversidade e produtividade na costa Algarvia, por beneficiar de condições oceanográficas particulares e do maior recife rochoso costeiro de Portugal. O recife encontrava-se afetado pela pesca e atividades marítimo-turísticas que colocavam em risco o ecossistema. Estudos pioneiros de mapeamento de *habitats* e biodiversidade marinha, na costa sul de Portugal, permitiram perceber que esta extraordinária baía e as áreas adjacentes constituem uma das áreas mais ricas e produtivas em termos de biodiversidade da região. Esta abordagem teve como foco principal desenvolver, junto dos diversos agentes locais, a visão da importância de proteger este património com medidas eficazes permitindo em simultâneo o desenvolvimento económico da região<sup>129</sup>.

Trata-se de outra abordagem, ainda mais inovadora, na génese da criação de novas AMPs. Aqui a necessidade nasce a nível local, é reconhecida pelos diferentes parceiros e inclui os utilizadores do espaço, as atividades económicas a operar localmente, turismo, pescadores, atividades lúdicas, as populações e as universidades. Os parceiros discutem a melhor forma de articulação e o futuro modelo de gestão. É um processo muito mais participativo e é esta aliança

---

<sup>128</sup> Monitorização da AMP Avencas (parte I relatório geral), 2017- disponível em:

[https://ambiente.cascais.pt/sites/default/files/anexos/relatorio\\_geral\\_-\\_monitorizacao\\_da\\_amp\\_avencas\\_mare-ispa.pdf](https://ambiente.cascais.pt/sites/default/files/anexos/relatorio_geral_-_monitorizacao_da_amp_avencas_mare-ispa.pdf)

<sup>129</sup> Câmara municipal de Silves- Projeto da Área Marinha Protegida de interesse comunitário da Baía de Armação de Pêra.

<https://www.cm-silves.pt/pt/5434/projeto-da-area-marinha-protegida-de-interesse-comunitario-da-baia-de-armacao-de-pera.aspx>

de interesses comuns que vai propor ao governo a criação de uma área protegida, neste caso já com um modelo de gestão associado. Considerando que parte significativa das áreas marinhas que foram sendo criadas por todo só existem no papel importa de facto prever logo desde a sua criação como vai ser implementada e gerida futuramente.



## 4.5 Vantagens das AMPs

É evidente que as AMPs quando bem criadas e planeadas funcionam como um instrumento gerador de benefícios para as espécies, *habitats* e os utilizadores dos recursos em geral.

Os benefícios gerados com a implementação de AMPs são multifacetados. Estudos mostram que nas reservas marinhas que beneficiam de um nível de proteção elevada, a densidade das espécies e biomassa total de plantas e animais registam normalmente um aumento superior a 100% e 200%, respetivamente, o que permite que as zonas contribuam para a reconstituição das unidades populacionais de peixes, que por sua vez, gera benefícios socioeconómicos a nível local e para zonas vizinhas de pesca<sup>130</sup>.

As áreas protegidas constituem ainda parte essencial da resposta às alterações climáticas. Estas auxiliam no combate contra as causas das alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e ajudando com estabilização e funcionamento constante dos serviços essenciais prestados pelos ecossistemas, dos quais as pessoas dependem. Sem as áreas protegidas, os desafios trazidos pelas alterações climáticas, poderão ser ainda maior, neste caso, a expansão das áreas protegidas globalmente irá contribuir como uma das soluções mais eficazes para a crise climática<sup>131</sup>.

O benefício gerado por AMPs não é só em casos onde atividades são totalmente proibidas. Estas podem ser usadas para promover a proteção de áreas geográficas onde existam determinadas espécies, *habitats* e ecossistemas a preservar, e ainda, se podem incorporar outras dimensões como sejam as atividades humanas, conciliando muitas vezes atividades extrativas sustentáveis com a conservação. A realidade é que , os benefícios mais estudados e verificados são os que se encontram associados à exclusão ou redução da mortalidade pela pesca e dos impactos nos *habitats*. Neste caso, espera-se que as AMPs favoreçam o aumento da densidade, tamanho e consequentemente biomassa das espécies-alvo da pesca em relação às áreas circundantes não protegidas<sup>132</sup>.

---

<sup>130</sup> Revista ambiente para os Europeus, 2015. As áreas marinhas protegidas trazem inúmeras vantagens. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits\\_pt](https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits_pt)

<sup>131</sup> Oceanário de Lisboa, 2017- áreas marinhas protegidas, consult.26/08/19. Disponível em: <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas>

<sup>132</sup> MPA X-ray. -Diagnóstico de Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas. [http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017\\_03\\_05\\_relatorio\\_wwffevereiro\\_prova3.pdf](http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017_03_05_relatorio_wwffevereiro_prova3.pdf)

Os mais variados casos requerem medidas de conservação diferentes e a realidade é que as vantagens associadas ao uso de AMPs não são apenas geradas com a exclusão , mas podem na verdade ser usadas em função da necessidade que se apresenta. É importante saber que, a implementação destas requer a harmonia de interesses de todas as partes envolvidas e mais importante, deve-se tomar decisões favorecedoras às espécies e ou *habitats* afetados para que os resultados sejam bons. Um dos maiores benefícios do funcionamento contínuo das AMPs, é, por exemplo a arrecadação de receitas feita por via da promoção do turismo e uso destas receitas para garantir o seu bom funcionamento.

Os exemplos usados abaixo relatam casos de AMPs criadas no mesmo país, onde num dos casos a implementação da AMP foi bem sucedida e noutro onde não se cumpriram os seus objetivos de conservação.

#### 4.5 Exemplo de um Caso de Sucesso

A África do Sul tem já uma vasta experiência na criação e gestão de zonas protegidas no mar adjacente. Possui atualmente 42 AMPs situadas junto à costa ou mais distantes em zonas marinhas que importa preservar e assume que são múltiplos os fatores que determinam o sucesso da sua criação e implementação.

Para que a criação das AMPs possa vir a ser bem sucedida, o número de fatores determinantes vão de aspetos ecológicos a aspetos de cariz socioeconómico. Estes podem incluir as características das espécies a proteger como o seu crescimento, comportamento, mobilidade, interação com outras espécies ou a pressão sofrida pela pesca antes-depois e fora-dentro da AMP, as características desta, tais como o número de anos após estabelecimento, tamanho, localização, tipo de proteção, zonamento, mas também os habitats incluídos e a continuidade destes nas zonas adjacentes, também influencia a eficiência da proteção<sup>133</sup>.

Uma das AMPs criadas, teve como objetivo específico a proteção de pinguins africanos na ilha de St Croix, Baía de Algo. A ilha, é historicamente conhecida por registar o maior número de capturas de espécies pelágicas usadas na indústria pesqueira e é também onde se situa a maior população de pinguins africanos. Antes da criação da AMP em 2009, estes pinguins que são espécie endémica bastante vulnerável haviam sofrido uma redução de 30%. Foi assim que em 2009 a pesca de rede foi completamente proibida numa zona de 20 quilómetros, enquanto que, na área de Bird Island, situada a 50 quilómetros, também na Baía de Algoa, existe outra colónia de pinguins, mas esta última permaneceu aberta à pesca comercial.

No decorrer da investigação, cientistas começaram a estudar o comportamento de busca de alimentos dos pinguins adultos, que por norma alimentam os seus filhotes por um período de uma a três semanas. O estudo cobriu as duas zonas, antes e após a proibição de pesca, de forma a testar se uma pequena zona de pesca completamente proibida ou *no-take zone* poderia beneficiar os pinguins que dependiam das espécies pelágicas para se alimentarem. Os estudos ocorreram no período entre maio e junho de 2008 e de abril a maio de 2009. Os resultados mostraram que durante a época de reprodução (março a junho), os pinguins diminuíram o esforço de pesca (para 25-30%), bem como o tempo e a distância que percorriam para encontrar

---

<sup>133</sup>Reuchlin-Hugenholtz, E., McKenzie, E. 2015. Marine protected areas: Smart investments in ocean health. p. 9

comida (de 80 para 30 quilómetros)<sup>134</sup>. O caso em questão foi especificamente concebido para proteger os pinguins africanos, no entanto, muitas outras espécies vieram a beneficiar da iniciativa.

A verdade é que, nem sempre a implementação de AMPs tem os resultados desejados, como foi o caso de outro estudo, feito também na África do Sul, onde as AMPs são de uma forma geral, consideradas instrumento favorável para a conservação da biodiversidade e gerência de recursos pesqueiros. Os esforços para alargar a rede de áreas marinhas protegidas são por vezes contestados por causa das injustiças associadas aos impactos sociais diretamente ligados à gerência e o modelo de governança.

A pesquisa em questão foi realizada durante cinco anos e em cinco AMPs diferentes, incluindo *Table Mountain National Park*, *Dwesa-Cwebe Marine Protected Area*, *Tsitsikamma National Park*, *Langebaan Marine Protected Area* e a *Hluleka Marine Protected Area*. Cientistas recolheram dados obtidos em entrevistas feitas a grupos-alvo onde constatarem que os resultados da falta de inclusão das comunidades locais no processo de tomada de decisões para a criação de AMPs tiveram um impacto negativo significativo. Resultados como o enfraquecimento dos direitos das comunidades locais nos processos de governança local onde as AMPs foram criadas, por via de deslocação forçada das comunidades, privaram as comunidades já marginalizadas do direito de posse e de acesso aos recursos o que, contribuiu para desconfiança generalizada, assim como um aumento da insegurança alimentar e perda de meios de subsistência<sup>135</sup>.

Concluiu-se que as AMPs investigadas, tiveram impactos negativos na cultura, saúde, modo de vida, identidade e na coesão social destas comunidades.<sup>136</sup>

O resultado deste estudo aponta para a existência de AMPs que não atingem os seus objetivos de criação, por falta de envolvimento e consideração de todos agentes envolvidos. Assim como os casos daquelas AMPs que nunca saem do papel. O resultado é o evidente insucesso das tentativas de conservação de espécies afetadas, a negligência das comunidades dependentes dos recursos pode não impedir a recuperação do ecossistema mas causa um maior problema de

---

<sup>134</sup> Biology letters, 2010. Marine no-take zona rapidly benefits endangered penguin .

<sup>135</sup> Merle Sowman, Jackie Sunde, 2018, Ocean & Coastal Management- Social Impacts of marine protected areas in South on Coastal fishing communities. p. 168-179 disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323724664\\_Social\\_impacts\\_of\\_marine\\_protected\\_areas\\_in\\_South\\_Africa\\_on\\_coastal\\_fishing\\_communities](https://www.researchgate.net/publication/323724664_Social_impacts_of_marine_protected_areas_in_South_Africa_on_coastal_fishing_communities)

<sup>136</sup> Borrini-Feyerabend, G, Chatelain. C, Hosch. G, 2011. Sharing Governance.

insatisfação e instabilidade no bom funcionamento da AMP. É portanto, importante considerar os aspetos ecológicos e socioeconómicos, assim como, os de natureza financeira.

Para que Angola venha a ter uma rede de áreas protegidas tanto no meio ambiente terrestre como no meio ambiente marinho, importa que as fontes de financiamento sejam desde o início do processo já predefinidas.

## 4.6 Financiamento

Apesar dos esforços feitos para aumentar o tamanho da rede de áreas de conservação terrestre de Angola em 2011, o orçamento manteve-se num patamar muito reduzido. O funcionamento do sistema de áreas de conservação de Angola depende, maioritariamente, de apoios diretos de fontes governamentais, sendo que uma quantia do Orçamento Geral do Estado é destinado ao Ministério do Ambiente, que por sua vez, o injeta nos diferentes departamentos como o INBAC. Outras fontes de financiamento de destaque provêm de doações do Fundo Global do Ambiente, do Plano das Nações Unidas para Desenvolvimento, da União Europeia, da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), do African Elephant Fund, do Illegal Wildlife Trade Fund, do World Wildlife Fund for Nature e da União Internacional para a Conservação da Natureza<sup>137</sup>.

O Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (o INBAC), possui recursos limitados provenientes do Orçamento Geral do Estado angolano e apesar da existência de projetos financiados por doadores, estes são insuficientes para as atuais necessidades de reabilitação e expansão das áreas de conservação, para formação de quadros e para o desenvolvimento de ações de gestão das áreas de conservação. As áreas de conservação já existentes não geram suficientes recursos internos que lhes permita assegurar a totalidades das suas despesas<sup>138</sup>. Entretanto, o MINAMB investirá mais de US \$ 9,6 milhões em gestão ambiental durante o período de 2017-2020. Este valor irá para o Programa de Conservação da Biodiversidade e Áreas Protegidas com US \$ 5,5 milhões e para o Programa de Apoio ao Meio Ambiente (US \$ 1,5 milhões).

O Programa de Gerenciamento Sustentável de Recursos Naturais utilizará US \$ 0,95 milhões, e os custos operacionais do INBAC (Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação), são estimados em US \$ 0,73 milhões. Serão feitas melhorias na estrutura física do INBAC, estas, combinadas com as do Programa de Estudos e Monitoramento do INBAC somam mais US \$ 1 milhão. Embora esses programas forneçam uma estrutura geral para o gerenciamento ambiental e a conservação da biodiversidade no país, eles não conduzirão por si só a criação de AMPs.

---

<sup>137</sup> PESAP, 2018., P.68

<sup>138</sup>PESAP, 2018., P.25

Em 2018 o Fundo Global para o Ambiente (GEF), concedeu à Angola 11,099,875 USD, destinados ao projeto para a criação de áreas marinhas protegidas. O objetivo concreto do projeto é a identificação e proclamação da primeira área marinha protegida em Angola em uma das zonas adjacentes de um dos Parque Nacionais ( Iona ou Quiçama)<sup>139</sup>.

O projeto financiado marca o possível começo da implementação de uma rede de áreas marinhas protegidas em Angola mas, para que isto torne-se realidade, é necessário encontrar um equilíbrio entre as fontes de financiamento externas e os recursos do próprio Estado, isto para que não ocorra uma eventual ruptura no processo resultante da falta de fundos, que poderá comprometer o sucesso de qualquer iniciativa<sup>140</sup>. É necessário avaliar as necessidades de recursos em função da complexidade da iniciativa da criação de AMPs na zona de linha de costa dos parques (em termos de dimensão do local, número de pessoas da comunidade, etc.) e identificar outras fontes de financiamento para além desta, que apoiarão o seu funcionamento à longo prazo.

Angola conta com a colaboração de órgãos internacionais e com a ajuda de países vizinhos com os quais coopera para gestão dos seus recursos marinhos e tem vindo a demonstrar por meio de parcerias e projetos dos desenvolvidos, que pretende alcançar as metas internacionais e caminhar em direção à um desenvolvimento que considera sustentável para todos. O debate sobre a necessidade de inclusão das AMPs no país, tem tido fundo continuo e tendo em conta as estratégias já em desenvolvimento, as AMPs vão tornar-se realidade nos próximos anos.

---

<sup>139</sup> GEF-60- 2017- [em linha]. Creation of Marine Protected Areas in Angola. [Consult. 10/09/19]. Disponível em: <https://www.thegef.org/project/creation-marine-protected-areas-angola>

<sup>140</sup> Borrini-Feyerabend, G., C. Chatelain, e Gilles Hosh,... Em Governança Partilhada! Um guia prático para as áreas marinhas protegidas da África Ocidental, 2009. p. 39

## Conclusão

A criação de uma AMP em Angola poderá servir de resposta a diversos problemas, como os registados nos Parques Nacionais do Quiçama e do Iona onde o livre acesso e o número excessivo de utilizadores veio a resultar numa sobre exploração de recursos naturais. A proteção das espécies e dos *habitats* constantes nos parques, resultará no desenvolvimento da biomassa, e da diversidade das espécies de tartarugas marinhas, peixes-boi, mangais, tubarões, raias e baleias, e ainda das aves migratórias e marinhas lá registadas.

A avaliação da importância da integração das AMPs como instrumento de proteção, leva a concluir que apesar da existência de constrangimentos relacionados à gerência, financiamento, e a falta de mecanismos necessários para mapeamento, a concretização destas em Angola é possível.

No futuro será necessário desenvolver esforços científicos para que se caracterize as zonas costeiras com mais detalhes, para isso, é necessária a inclusão de um mecanismo de identificação e classificação na Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos.

Por último, a criação de uma AMP na linha de costa de um dos parques nacionais, ou mesmo uma das EBAS já propostas, não deve ser vista apenas como tarefa reservada somente ao Estado, visto que, todas as partes interessadas podem e em alguns casos são encorajadas a buscar a solução para questões sobre a conservação dos recursos do ambiente.





## Referências Bibliográficas

### Livro impresso:

RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado - **A proteção da biodiversidade marinha através de áreas protegidas nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição do Estado: discussão e soluções jurídicas contemporâneas: o caso Português**. 7<sup>a</sup> ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 9789723221367

Gomes C.2007, Governança das áreas marinhas protegidas da província biogeográfica da macaronésia

Gomes, Carla Amado 2013. O desafio da proteção do ambiente em Angola.

### Monografias:

Correia, M. 2013. Avaliação da importância, potencial constrangimentos da designação do Banco de Gorringe como Sítio de interesse Comunitário.

Noronha, F. Ordenamento do espaço marítimo: para o corte com uma visão *terrestrialmente centrada* do ordenamento,- (Monografia IAB ; 2) ISBN 978-972-40-5679-1

### Partes ou volumes de livros impressos:

Huntley, B. J., Beja, P., Pinto V.P., Russo V., Veríssimo L., & Morais M. Investigação da Biodiversidade e Oportunidade de Conservação- Conservação da Biodiversidade: Historia, Áreas de Conservação e Hotspots. Capítulo18

Stephen P. Kirkman e Kumbi Kilongo Nsingi,2019- Biodiversidade Marinha de Angola: Biogeografia e Conservação. **Biodiversity in Angola: Science & Conservation: A Modern Synthesis**.Suíça: Springer Open, 2019. ISBN 978-3-03083-4. Capítulo 3, p.

### Legislação:

Convenção sobre a Diversidade Biológica de 4 de julho de 1997

Decreto Executivo n.º 252/18 de 13 de Julho, que aprova a Lista Vermelha das Espécies de Angola

Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril.

Despacho presidencial n.º 147/19 cria a Comissão Multisectorial para os assuntos do Mar no Diário da República Iª Série n.º 103 de 12 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.impresanacional.gov.ao/index.php?id=81>

Lei de Bases do Ambiente- Lei n.º 5/98 de 19 de Junho

Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos - Lei 6-a/04, de 8 de outubro

## Artigos:

Borrini-Feyerabend, G., Chatelain, C., Hosch, G., 2011. Sharing Governance. Consult. 18/09/19. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2010-036-Pt.pdf>

Barbosa, G. S., 2008-Revista visões. O desafio do desenvolvimento sustentável.

Câmara municipal de Silves- Projeto da Área Marinha Protegida de interesse comunitário da Baía de Armação de Pêra. Consult. 12/09/19. Disponível em: <https://www.cm-silves.pt/pt/5434/projeto-da-area-marinha-protegida-de-interesse-comunitario-da-baia-de-armacao-de-pera.aspx>

Estender, A. C., & Pitta, T.T, 2008- Revista Terceiro Setor. O conceito do desenvolvimento sustentável

Francisco Aros, Lúcia da Costa Ferreira, 2013- A construção de uma Arena Ambiental para a Conservação da Biodiversidade marinha no Chile.

Huntley, B. J., 2010, Proposals for an Angolan Protected Area Expansion Strategy Oceanário de Lisboa. 2017, O que são áreas marinhas protegidas? Disponível em <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas>

Kirkman, S., Nsengi, K. (2019). *Biodiversidade Marinha de Angola: Biogeografia e Conservação*

L. Pichegru, D. Grémillet, R. J. M Crawford and P. G. Ryan, 2010. Marine no-take zone rapidly benefits endangered penguin. Consult. 20/09/19. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rsbl.2009.0913>

Merle Sowman, Jackie Sunde, 2018, Ocean & Coastal Management- Social Impacts of marine protected areas in South on Coastal fishing communities. p. 168-179. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323724664\\_Social\\_impacts\\_of\\_marine\\_protected\\_areas\\_in\\_South\\_Africa\\_on\\_coastal\\_fishing\\_communities](https://www.researchgate.net/publication/323724664_Social_impacts_of_marine_protected_areas_in_South_Africa_on_coastal_fishing_communities)

Reuchlin-Hugenholtz, E., McKenzie, E. 2015. Marine protected areas: Smart investments in ocean health.

Tarr P, Krugmann H, Russo V, Tarr J, et al (2007) Analysis of threats and challenges to marine biodiversity and marine habitats in Namibia and Angola.

WWF, Horta e Costa, B. (2017). MPA X-ray – Diagnóstico das Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas. WWF Portugal. Portugal Disponível em: [http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017\\_03\\_05\\_relatorio\\_wwffevereiro\\_prova3.pdf](http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/2017_03_05_relatorio_wwffevereiro_prova3.pdf)

## Documentos:

Biology letters, 2010. Marine no-take zone rapidly benefits endangered penguin.

Catita. E. M, 2003- Projeto para a Criação de uma Área de Proteção Marinha na Zona Envolvente à Ínsula de Caminha.

Desenvolvimento sustentável e economia verde e o quadro pós- 2015. Pág.32 Consultado em 13 de setembro. Disponível em:

[https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNDP\\_AO\\_MDG-Pos2015\\_2013.pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNDP_AO_MDG-Pos2015_2013.pdf)

EEA Report n.º 3, 2015. Marine protected areas in Europe's seas- an overview and perspective for the future.

Frederico Almada, Pedro Duarte Coelho, Ana Pereira, Joana Robalo. 2017- Monitorização da AMP Avencas- parte I Relatório Geral.

Instituto Nacional de Estatística, 2018- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório sobre os Indicadores de Linha de Base. [Consult. 14/09/19] . Disponível em:

[https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP\\_AO\\_Relatório%20ODS\\_I\\_ND\\_BASE\\_FINAL%202018.pdf](https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP_AO_Relatório%20ODS_I_ND_BASE_FINAL%202018.pdf)

Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas, 2017.

GEF-60- 2017- Creation of Marine Protected Areas in Angola. Consult. 10/09/19. Disponível em: <https://www.thegef.org/project/creation-marine-protected-areas-angola>

Ministério do Urbanismo e do Ambiente. 2006. *Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)*

Ministério do Ambiente. 2017. Plano Estratégico para o Sistema de Áreas Protegidas de Angola (PESAP). Luanda, Angola

Monitorização da AMP Avencas (parte I relatório geral), 2017- disponível em:

[https://ambiente.cascais.pt/sites/default/files/anexos/relatorio\\_geral\\_-\\_monitorizacao\\_da\\_amp\\_avencas\\_mare-ispa.pdf](https://ambiente.cascais.pt/sites/default/files/anexos/relatorio_geral_-_monitorizacao_da_amp_avencas_mare-ispa.pdf)

Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Plano de Gestão Integrada do Parque Nacional do Iona, 2015

Revista Ambiente para os Europeus, 2015. As áreas marinhas protegidas trazem inúmeras vantagens. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits\\_pt](https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits_pt)

Reuchlin-Hugenholtz, E., McKenzie, E. 2015. Marine protected areas: Smart investments in ocean health. WWF, Gland, Switzerland. Disponível em:

[http://ocean.panda.org/media/WWF\\_Marine\\_Protected\\_Areas\\_LR\\_SP.pdf](http://ocean.panda.org/media/WWF_Marine_Protected_Areas_LR_SP.pdf)

The Rio Declaration on Environment and Development, 1992. Disponível em

[http://www.unesco.org/education/pdf/RIO\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/RIO_E.PDF)

## Websites:

A Estratégia Marítima Integrada de Africa 2050- Uma Nova Dimensão para a Segurança Marítima Africana [em linha]. Revista Militar. [Consult.07/10/19]. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1024>

Alterações Climáticas e água- oceanos mais quentes, inundações e secas [em linha]. Agência Europeia do Ambiente. [Consult. 03/10/19]. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2018/artigos/alteracoes-climaticas-e-agua-2014-1>

Área marinha protegida de interesse comunitário- Baía de Armação de Pêra. [Consult. 12/08/19]. Disponível [https://cms.cm-silves.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/Ordenamento%20e%20Urbanismo/Ordenamento/Projetos%20e%20estudos/Estudo%20de%20Sintese%20UAL-CCMAR%20-%20AMPIC%20da%20BAP.pdf](https://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Ordenamento%20e%20Urbanismo/Ordenamento/Projetos%20e%20estudos/Estudo%20de%20Sintese%20UAL-CCMAR%20-%20AMPIC%20da%20BAP.pdf)

Área Transfronteiriça de Conservação do Kavango Zambeze (ATFC KAZA). Consult. 20/11/19. Disponível em: <https://www.kavangozambezi.org/pt/sobre/sobre-kaza-tfca>

As áreas marinhas protegidas trazem inúmeras vantagens. Revista Ambiente para os Europeus. 2015. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits\\_pt](https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/marine-protected-areas-bring-multiple-benefits_pt)

Atlas of Marine Protection. Interactive map: MPA Progress. [Consult.15/08/19] .Disponível em <http://www.mpatlas.org/map/mpas/>

Inovação para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola. [Consult. 14/07/2019]. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/Presentation%20FirstGeneration%20Innovation%20contest%20PORTUGUÊS.2JUNE,%202016..pdf>

Laffoley, D. Baxter, J. M, Day J. C.. et all. World Seas: an Environmental Evaluation. Chapter 6 Marine Protected Areas. [Consult. 6/08/19]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330047018\\_Marine\\_Protected\\_Areas](https://www.researchgate.net/publication/330047018_Marine_Protected_Areas)

Marine Protected Areas South Africa. [Consult. 9/09/19]. Disponível em: <https://www.marineprotectedareas.org.za/explore>

Marine Protected Areas South Africa. [Consult. 2/09/19]. Disponível em: <https://www.marineprotectedareas.org.za/explore>

MARISMA- Enabling sustainable ocean use in the Benguela Current Region. Consult. 11/09/19Disponível em: <https://www.benguelacc.org/index.php/en/marisma>

Ministério do Ambiente- Parque Nacional da Quiçama. [Consult. 13/08/19]. Disponível em: <https://www.biodiversidade-angola.com/area/parque-nacional-da-quicama/>

National Geographic Portugal. [em linha],Missão para salvar o delta do Okavango, em Africa.[Consult. 28/11/19]. Disponivel em: <https://nationalgeographic.sapo.pt/natureza/grandes-reportagens/1727-missao-para-salvar-o-delta-do-okavango-em-africa>

Oceanário de Lisboa. O são áreas marinhas protegidas?: importância, vantagens, níveis de proteção, áreas marinhas protegidas em Portugal. [Consult. 9/07/19]. Disponível em: <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas>

OKACOM. A Comissão Permanente das Aguas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. Consult. [13/11/19], disponível em: <http://www.okacom.org/okacom-commission-pt>  
Parc National de Port-Cros. Disponível em: <http://en.portcros-parcnational.fr> -20/08

OKACOM. Programa Ambiental Regional da África Austral (SAREP). Consult [13/11/19], disponível em: <http://www.okacom.org/okacom-work-pt/partners-and-projects-pt/projectos/partner-projects/sarep/sarep-project-page>

Projeto Kitabanga, [Em linha]- Conservação de Tartarugas Marinhas. Consult. [4/12/19]  
Disponível em: <http://www.projectokitabanga.org/index.php>

Transfrontier Conservation Areas- Southern african Development Community. Consult. 21/11/19. Disponível em: <https://tfcportal.org/node/438>

VII Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. Disponível em: [http://www.aprh.pt/ZonasCosteiras2015/pdf/P07\\_Poster\\_037.pdf](http://www.aprh.pt/ZonasCosteiras2015/pdf/P07_Poster_037.pdf). [Consult. 23/07/19]. Disponível em: <https://biodiversidade-angola.com/iona/informacao-util/>



## Anexo

### Caraterísticas dos Parques Nacionais do Iona e da Quiçama

Os Parques Nacionais da Quiçama e do Iona possuem uma complexa e rica variedade de ecossistemas e por isso o valor da sua biodiversidade é bem elevado, contudo, a situação registada nos dentro dos parques nos últimos anos é de quase completo abandono por parte das autoridades competentes, falta de pessoal e de equipamento. Existe ainda a problemática da ocupação descontrolada pela população que pratica a caça, queimadas e agricultura que perturba a integridade do ecossistema<sup>141</sup>. Ainda que alguns aspetos da atual eficácia na gestão destes necessitem de atenção imediata, a expansão da área protegida para o meio ambiente marinho poderá garantir a heterogeneidade de *habitats*, onde os fatores climáticos, paisagísticos e elementos dos ecossistemas são identificados e incluídos durante a sua designação. A informação apresentada a seguir é baseada em relatórios mais antigos e por isso, poderá não ser a mais exata.

---

<sup>141</sup> NBSAP, 2006. p.6



## Parque Nacional do Iona

O Parque Nacional do Iona situa-se entre o Oceano Atlântico, sendo delimitado, a Sul, pelo rio Cunene e a Norte pelo rio Curoca. A sua delimitação oriental segue o Vale Otchifengo, entre os rios Curoca e Cunene, até às quedas de Monte Negro. O parque conta com 15 150 km<sup>2</sup> de paisagens, ecossistemas e eco regiões bastante diversificadas, sendo ainda o principal *habitat* de uma das mais distintas e antigas plantas conhecidas pela ciência – a *Welwitschia mirabilis*<sup>142</sup>.

A zona do Iona foi proclamada Parque Nacional de Caça aos 2 de Fevereiro de 1937 pela Portaria nº 2421, passados alguns meses foi declarado Reserva de Caça do Iona aos 02 de Outubro de 1937 pela Ordem Ministerial nº 2620 de 16 de Abril de 1938, e aos 6 de Setembro de 1944, a Ordem Ministerial nº 4880 alterou a seus limites geográficos.

Foi subsequentemente declarado Reserva de Caça de Moçâmedes pela Portaria nº 4880 aos 6 de Setembro de 1947 e aos 11 de Dezembro de 1957 foi proclamado Parque Nacional de Porto Alexandre pelo Diploma Legislativo nº 2873, posteriormente tendo sido transformado em Parque Nacional aos 26 de Dezembro de 1964 pelo Diploma Legislativo nº 3524.

Em 1957 o Diploma Legislativo nº 2873 de 11 de Dezembro de 1957, declara o Parque Nacional do Iona como uma Reserva Parcial, área sujeita à direção e o controle dos organismos públicos, para sua proteção, conservação e propagação de animais selvagens e da vegetação. Além de prever a conservação de objetivos estéticos, geológicos, pré-históricos, arqueológicos e outros de interesse científico<sup>143</sup>. Posteriormente, em 1964, a figura de proteção elevou-se Parque Nacional pelo Diploma legislativo nº 3527 de 16 de Dezembro de 1964, em virtude do disposto no Decreto 40.400 de 20 de Janeiro de 1955<sup>144</sup>, o qual regula de forma integrada as três componentes básicas de todo ecossistema: solo, flora e fauna, incluindo aqueles recursos florestais suscetíveis de ser explorados.

Em 1972 voltaram a se definir os limites do parque através da Ordem Ministerial Nº 384 de 13 de Setembro de 1972.

No Parque do Iona constam três Eco regiões bem identificadas:

- O deserto de Kaokoveld (dunas);

---

<sup>142</sup> Projeto Nacional da Biodiversidade: conservação do Parque Nacional do Iona. [em linha].Ministério do Ambiente. [Consult. 21/09/19]. Disponível em: <https://biodiversidade-angola.com/iona/informacao-util/>

<sup>143</sup> NBSAP, 2006. p. 25-26

<sup>144</sup> Este Decreto estabelece a proteção dos recursos florísticos mediante figuras como Parques Nacionais, Reservas Naturais Integrais, Reservas parciais, Reservas especiais, como figuras de proteção do terreno onde se localizam (Art.30 e seguintes).

- A Savana Namibiana;
- A Área Costeira (Prolongamento de Skeleton Coast).



Figura 2. Diversidade Biológica no Parque Nacional do Iona.  
Fonte: <https://biodiversidade-angola.com/iona/informacao-util/>

O Parque Nacional do Iona não é um ecossistema isolado. O rio Cunene a sul do Iona, faz fronteira com o Skeleton Coast National Park da Namíbia, que possui uma extensão de 107 540km<sup>2</sup> e partilha com o Iona as mesmas condições e características ambientais. Estas áreas de conservação são foco de atenção dos governos de Angola e da Namíbia, tendo os países assinado um acordo de cooperação para a criação de Área de Conservação transfronteiriça

(TFCA) Iona (Angola) e Skeleton Coast (Namíbia) por via da Resolução Nº 41/06, de 24 de Julho de 2006.

A norte do Parque encontramos a Reserva do Namibe (Reserva Parcial do Namibe, 1963), com uma área de 4 450km<sup>2</sup>.

Geograficamente, o Parque encontra-se no baixo da bacia do Cunene e tem montanhas separadas por amplos vales profundos entre uma altitude de 800 e 2000 metros. A paisagem de colinas e mulolas nas zonas norte e sudeste do parque estende-se até Oncocua com o terreno a cada vez mais para o nível do rio Cunene e a fronteira de Namíbia no sul. A zona limite com o rio Cunene exhibe topografia montanhosa e semiárida com condições áridas. A oeste encontra-se junto ao oceano a faixa do deserto de Namibe.

O Parque limita e da continuidade ao Skeleton Coast Park na Namíbia e ao Parque Nacional Namib-Naukluft pelo que as três áreas protegidas constituem um bloco contínuo que abarcam uns 1 200 km de costa e adjacentes dunas do deserto de Namibe<sup>145</sup>.

O Parque Nacional do Iona, situado numa zona com um número de *habitats* diversificados e onde vários ecossistemas convergem, possui na sua linha de costa, uma rica diversidade biológica vista a seguir.

---

<sup>145</sup> Plano de gestão integrada, 2015., P.23

## Biodiversidade Costeira dentro do Iona

A orla costeira de Iona apresenta um sistema tropical quente e árido. A influência fria da corrente de Benguela dá-lhe uma importância singular sendo o único suporte para a fauna e comunidades vegetais. A paisagem da costa é de grande beleza natural pelo seu contraste com o deserto próximo e as suas singularidades geomorfológicas. Dentro deste ecossistema marinho costeiro, destaca-se a Baía dos Tigres que se localiza a escassos quilómetros da costa do Parque e que, por este mesmo motivo e pelas características do seu *habitat*, já se fez uma proposta para inclusão da Baía na área de conservação do Parque Nacional do Iona.

A Foz do Cunene a sul do Parque contém uma grande densidade de Pelicanos Brancos (*Pelecanus onocrotalus*), que usam a desembocadura como área de descanso durante os movimentos migratórios. É possível encontrar também na foz, a Tartaruga de concha macia do Nilo ou Tartaruga macia africana (*Trionyx triunguis*), crocodilos do Nilo (*Crocodylus niloticus*) e tartarugas verdes marinhas (*Chelonia mydas*). O troço final do rio Cunene atravessa o deserto de Namibe e a sua desembocadura foi proposta no ano 2006, ao abrigo do 2º Encontro Nacional sobre zonas húmidas, como sítio Ramsar e ainda como área importante para as aves (doravante IBA) <sup>146</sup>..

Os *habitats* dentro do Iona encontram-se divididos , pertencendo alguns na zona do Cunene, Curoca, Deserto, Mar, Mulolas, Vales e colinas, na Savana do Namibe, na Savana da Montanha e de encostas de forte inclinação, na Savana em pendente e por ultimo na zona Urbana. No seu âmbito territorial tem-se identificado distintos tipos de *habitats* que se consideram prioritários e que constituem amostra representativa dos sistemas naturais dentro do Parque. Para além dos que já foram aqui mencionados, seguem abaixo os *habitats* de prioridade a ter em consideração:

- As zonas húmidas da Foz do rio Cunene e o seu curso natural, além de cursos fluviais temporários e nascentes do Parque, representam as zonas de maior atração para os animais e atuam como corredores ecológicos. Contêm os *habitats* principais para a conservação da biodiversidade e são capazes de acolher a grandes mamíferos e a vegetação que os sustenta;
- A zona costeira e a área intersticial acolhem um grande número de peixes e crustáceos, e pode estar ameaçada pelo turismo;

---

<sup>146</sup> Ibid.,P.29

- No rio Cunene habitam três pequenos peixes endêmicos e a presença de crocodilos do Nilo fazem-lhe singular;
- As grandes dunas móveis apresentam um *habitat* singular e é ocupado por vários invertebrados, incluindo alguma espécie endêmica.

Relativamente as espécies, mostram-se aquelas que se consideram prioritárias:

- A Gaivina de Damara (*Sternula balaenarum*) é uma espécie endêmica incluído no Livro Vermelho pela sua vulnerabilidade ao desenvolvimento costeiro e a outros impactos humanos;
- Espécies de aves marinhas e migratórias como o pelicano branco ou flamenco podem se ver afetados pelos usos antrópicos na área costeira;
- Os Leões-marinhos são importantes predadores marinhos presentes na costa de Iona entre a Foz do Cunene até a Baía dos Tigre;
- É frequente encontrado o chacal de manto preto (*Canis mesomelas*) patrulhando a costa e as dunas;
- Gaivotas e aves de costeiras são frequentes na costa de Iona, existem populações estáveis e migratórias<sup>147</sup>.

Até agora o Parque Nacional do Iona tem sido gerido como Parque terrestre, se centrando os estudos e a informação do Parque sobre o ecossistema árido e semiárido do deserto de Namibe, as áreas de media montanha ou o rio Cunene. A importância do ecossistema marinho e a necessidade de investigação e controlo para a sua incorporação plena às ecossistemas do Parque precisam da participação do Ministério das Pescas e do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP) para permitir a integração na estrutura do Parque como um dos seus ecossistemas mais importantes<sup>148</sup>.

Deve promover-se a assinatura de um protocolo de colaboração entre MINAMB e o MINPESMAR que facilite a atuação conjunta de forma eficiente dos trabalhadores de fiscalização para a proteção e conservação de habitats e espécies e na investigação dos ecossistemas<sup>149</sup>. Um acordo permitirá a gestão da faixa inter marinha costeira e a zona terrestre do Parque e futuras investigações e intercâmbio de informação levarão a melhor compreensão

---

<sup>147</sup> PGI,2015.,P.58

<sup>148</sup> Ibid., P.72

<sup>149</sup> PGI,2015., P.73

das inter-relações entre os ecossistemas ali representados. A grande variedade de ecossistemas e o elevado valor ecológico das espécies presentes no Iona justifica o alargamento da proteção na zona terrestre para a orla costeira.

## Parque Nacional da Quiçama

O Parque Nacional da Quiçama localiza-se a 70 km a Sul da cidade capital Luanda e tem uma extensão de 9 600 km<sup>2</sup>. É limitado ao norte pelo rio Kwanza, a sul pelo rio Longa, a oeste pela linha de costa entre a foz do rio Kwanza e a foz do rio Longa e a leste pela estrada que vai de Muxima, Demba Chio, Mumbondo e Capolo até ao rio Longa.

O Parque foi criado como Reserva de Caça a 16 de Abril de 1938, tornando-se Parque Nacional, em 1957, mediante declaração do Ministério do Ultramar em 20 de Janeiro de 1955. Durante o período de conflito armado o Parque da Quiçama, ao contrario dos restantes, permaneceu em funcionamento. O Parque albergava abundante vida animal como elefantes, a palanca-negra-gigante e muitas outras espécies, entretanto, a população animal foi vastamente reduzida devido aos 25 anos de guerra civil que decorreu em todo país.

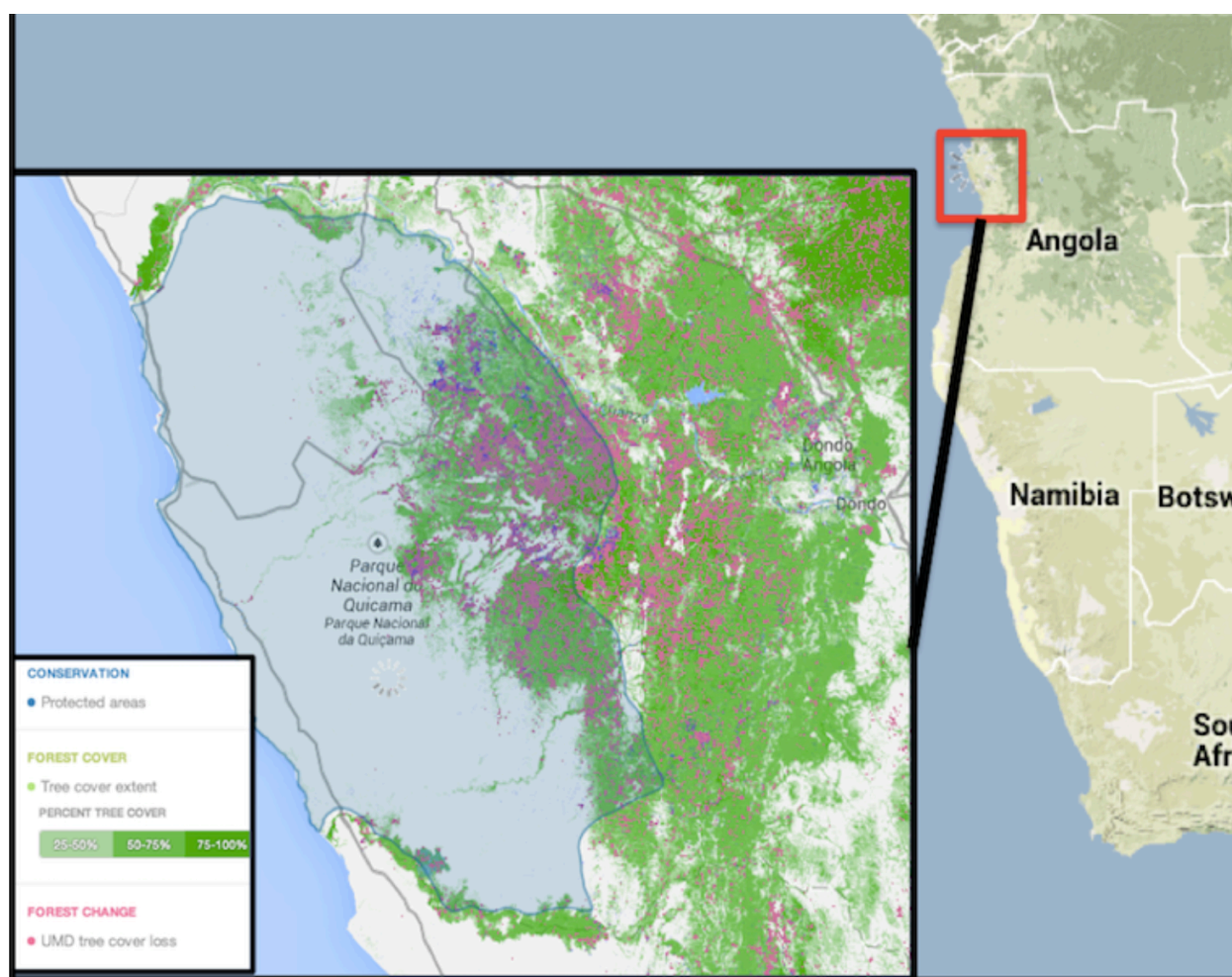


Figura 3. O Parque Nacional da Quiçama, área de conservação em Angola.

Fonte: <https://news.mongabay.com/2014/07/rebuilding-kissama-war-torn-angolas-only-national-park-affected-by-deforestation-but-refaunation-gives-hope/>

Destaca-se no parque o bosque seco em mosaico do tipo savana, a floresta densa, mata tropical seca com cactos, no entanto, existem também zonas lacustres pantanosas e mangais. Estes últimos encontram-se ao longo da foz do rio Kwanza.

O clima é seco-chuvoso, com temperaturas médias entre 27-28 °C durante a época de chuvas (Setembro a Abril), e de 23-24 °C durante a época seca (Maio a Agosto). A humidade relativa varia entre 80 e 87% durante todo o ano. A precipitação média anual varia entre 400mm, no litoral e 100mm, mais para o interior.

A fauna do Parque é historicamente caracterizada por elefantes, pacaças, palancas vermelhas, gungas, hipopótamos, manatins, tartarugas marinhas, nunces, golungos, bambis, seixas, facocheros e javalis<sup>150</sup>.

---

<sup>150</sup> Ministério do Ambiente. [em linha]. Parque Nacional da Quiçama Disponível em: <https://www.biodiversidade-angola.com/area/parque-nacional-da-quicama/>



## **Biodiversidade Costeira dentro da Quiçama**

O meio marinho do Parque Nacional da Quiçama compreende 120km de costa atlântica, desde a barra do Kwanza até à foz do rio Longa e é caracterizado por uma diversidade biológica rica, destacando-se as tartarugas marinhas, espécies que na sua maioria, encontram-se ameaçadas de extinção<sup>151</sup>.

Este parque é classificado como IBA pela sua importância para numerosas aves aquáticas que o frequentam, assim como para as espécies de aves marinhas invernantes como o alcatraz-do-cabo que se reproduzem mais a sul do subcontinente<sup>152</sup>..

O Parque Nacional da Quiçama durante o início do ano 1970 foi alvo da prática de atividades que ameaçam o bom estado de conservação, como a criação de camarão, o cultivo nas áreas molhadas, a produção do carvão, a criação de gado e sofreu ainda com a ocupação excessiva da população, com mais de 5 000 habitantes registados. Durante muito tempo a caça ilegal dentro do parque foi realizada por via de uma operação levada a cabo por empresas de criação de gado, com cerca de 25 000 cabeças de gado criadas nos limites do Parque. Havia também plantações de algodão, assim como duas empresas que exploravam diamantes e petróleo. Estas atividades representavam efetivamente as maiores ameaças à biodiversidade que lá se encontra e nos últimos anos não tem sido possível determinar quais destas atividades ainda são realizadas no Parque.

---

<sup>151</sup> Ibid Disponível em: <https://www.biodiversidade-angola.com/area/parque-nacional-da-quicama/>

<sup>152</sup> Huntley, B. J., Beja, P., Pinto V.P., Russo V., Verissimo L., & Morais M. Investigação da Biodiversidade e Oportunidade de Conservação- Conservação da Biodiversidade: Historia, Áreas de Conservação e Hotspots. Capítulo 18, P.634